

322  
9

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA  
DE SANTA MARIA - RS

*Carrega*

**OBJETO: APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**PROCESSO Nº 027/1.16.0008538-5**

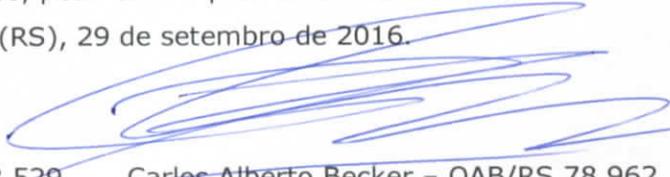
**ADELINO ANTONIAZZI INDÚSTRIA MOAGEIRA LTDA -**

**Em recuperação judicial**, já qualificado nos autos do processo de número supraepigrafado, vem, por meio de seu procurador, respeitosamente, ante Vossa Excelência, com fundamento no art. 53, da Lei nº 11.101/05, apresentar o plano de recuperação judicial, o qual segue em anexo.

**ANTE O EXPOSTO**, com fundamento no art. 53, da Lei nº 11.101/05, requer apresentar o plano de recuperação judicial, o qual segue em anexo.

Nestes termos, pede-se e espera deferimento.

Santa Maria (RS), 29 de setembro de 2016.

Marcelo Carlos Zampieri - OAB/RS 38.529       Carlos Alberto Becker - OAB/RS 78.962

COMARCA STA MARIA PROTOCOLO GERAL

29-SET-2016 16:57 113544 1/1

*“A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo a atividade econômica”.*

*Art. 47, Lei 11.101/2005*

*A*

*Guarini*

# PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADELINO ANTONIAZZI INDÚSTRIA MOAGEIRA LTDA

NO ÂMBITO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA MARIA – RS - PROCESSO Nº  
1.16.0008538-5



**SETEMBRO/2016**

**ÍNDICE**

<b>1. SUMÁRIO EXECUTIVO E VISÃO GERAL</b>	7
1.1. Comentários Iniciais.....	7
1.2. Sumário das Medidas e Objetivos Básicos.....	8
1.3. Descritivo da Estrutura Societária e Administrativa.....	10
<b>2. A HISTÓRIA DO MOINHO IPIRANGA</b>	11
<b>3. A ESTRUTURA FÍSICA DO MOINHO IPIRANGA</b> .....	18
3.1. O complexo Industrial do MOINHO IPIRANGA.....	18
3.2. Comentários sobre o Parque Industrial de Moagem de Trigo.....	24
3.3. Comentários sobre Áreas Não Operacionais.....	25
<b>4. HISTÓRICO DO FATURAMENTO DA EMPRESA</b> .....	26
<b>5. ANÁLISE DE MERCADO</b>	28
5.1. Plantio de Trigo – Safra Brasileira, Safra Argentina e Exportações	28
5.2. Consumo Mundial de Trigo	29
5.3. Importações de Trigo	31
5.4. Área Plantada de Trigo no Brasil	33
5.5. Consumo de Trigo no Brasil	34
5.6. Expectativa de Preços do Trigo	34
5.7. A Visão do MOINHO IPIRANGA Sobre o Mercado de Trigo e de Farinha de Trigo.....	34
<b>6. AS CAUSAS DO DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO MOINHO IPIRANGA</b>	35
6.1. Redução da Produção Nacional de Trigo	35
6.2. Redução da Moagem de Trigo no Estado do RS 2014/2015	36
6.3. Variação do Custo do Trigo	37
6.4. Descapitalização em Função da Ampliação do Parque Industrial.....	38
6.5. Recorrência a Bancos e Elevado Custo Financeiro	38

2017

6.6. Aumento de Inadimplência de Clientes .....	41
6.7. Inadimplência com Fornecedores e Bancos .....	41
6.8. Queda no Faturamento pela Redução da Quantidade Produzida .....	42
<b>7. DISCRIMINAÇÃO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO (Art 53, I da LEI 11.101) .....</b>	<b>43</b>
7.1. Medidas já Adotadas pela Administração .....	43
7.1.1. Reestruturação Relativa a Recursos Humanos .....	44
7.1.2. Ações de Profissionalização .....	44
7.2. Venda de áreas não Vinculadas ao Parque Industrial .....	45
<b>8. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ECONÔMICA E LAUDOS DE AVALIÇÃO (Art. 53, II, III da Lei 11.101) .....</b>	<b>45</b>
8.1. Premissa da Confirmação da Viabilidade Econômica .....	45
8.2. Premissas Utilizadas para as Projeções Financeiras .....	46
8.3. Laudo Econômico-Financeiro de Avaliação dos Bens e Ativos .....	49
<b>9. CLASSIFICAÇÃO DOS CREDORES .....</b>	<b>49</b>
<b>10. DA ORGANIZAÇÃO EM GRUPOS E DO PAGAMENTO AOS CREDORES .....</b>	<b>50</b>
10.1. Pagamento aos Credores – Trabalhistas .....	51
10.1.1. Encargos Sociais .....	52
10.2. Pagamentos aos Credores – ME e EPP .....	52
10.3. Pagamentos aos Credores com Garantia Real .....	53
10.4. Pagamento aos Credores – Quirografários .....	54
10.4.1. Credores Quirografários Colaborativos .....	55
10.5. . Adesão de outros Credores .....	56
10.6. Fluxo de Caixa do Plano de Recuperação .....	57
10.6.1. Fluxo de Caixa Ano 1 a 5 .....	57
10.6.1.1. Saldo de Caixa Livre para Pagamento dos Credores ao Final de Cada Exercício– Ano 1 a 5 .....	58
10.6.1.2. Demonstrativo de Pagamento aos Credores Ano 1 a 5 .....	58
10.6.1.3. Saldo de Caixa Após Pagamento aos Credores ao final de Cada Exercício – Ano 1 a 5 .....	59
10.6.2. Fluxo de Caixa Ano 6 a 10 .....	60

1

Quip

10.6.2.1. Saldo de Caixa Livre para Pagamento aos Credores ao Final de Cada Exercício – Ano 6 a 10 .....	61
10.6.2.2. Demonstrativo de Pagamento aos Credores – Ano 6 a 10.....	61
10.6.2.3. Saldo de Caixa Após Pagamento aos Credores ao final de Cada Exercício – Ano 6 a 10 .....	62
10.6.3. Fluxo de Caixa Ano 11 a 15 .....	63
10.6.3.1. Saldo de Caixa Livre para Pagamento aos Credores ao Final de Cada Exercício – Ano 11 a 15 .....	64
10.6.3.2. Demonstrativo de Pagamento dos Credores Ano 11 a 15 .....	64
10.6.3.3. Saldo de Caixa Livre para Pagamento aos Credores ao Final de Cada Exercício – Ano 11 a 15 .....	65
10.7. Demonstrativo da Amortização da Dívida .....	66
10.8. Resumo Financeiro do Plano de Recuperação .....	67
10.9. Receita Bruta Projetada - Visão Gráfica .....	68
10.10. Saldo da Receita menos Custo das Operações .....	68
10.11. Resultados depois do Pagamento das Operações e da Recuperação Judicial..	69
<b>11. DO LEILÃO REVERSO DE TÍTULOS .....</b>	<b>70</b>
<b>12. ALTERAÇÃO DO PLANO E PERMISSÕES .....</b>	<b>70</b>
<b>13. OUTROS EFEITOS INERENTES À APROVAÇÃO DO PLANO .....</b>	<b>71</b>
13.1. Suspensão das ações de Recuperação de Crédito .....	71
13.2. Interferência Climática no Agronegócio .....	71
<b>14. CONCLUSÃO .....</b>	<b>72</b>

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO E VISÃO GERAL

### 1.1. Comentários Iniciais

A Lei nº. 11.101/2005 traz em seu bojo a Recuperação Judicial de Empresas, visando à manutenção do negócio e do emprego dos trabalhadores, bem como o pagamento dos créditos devidos.

“A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo a atividade econômica”.

Art. 47, Lei 11.101/2005

Assim, nos termos do art. 53 da referida Lei, a **ADELINO ANTONIAZZI INDÚSTRIA MOAGEIRA LTDA - MOINHO IPIRANGA**, sociedade limitada no CNPJ/MF sob o nº. 87.640.637/0001-20, estabelecida na Av. João Luiz Pozzobon nº 180, Bairro Nossa Senhora das Dores, município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, vêm, através do presente instrumento, apresentar seu Plano de Recuperação Judicial.

Para elaboração do Plano de Recuperação e dar início a uma nova fase virtuosa, e com a extrema vontade e força para atingir seus objetivos, o MOINHO IPIRANGA contratou assessores jurídicos e consultores financeiros, com ênfase ao escritório Bochi Brum & Zampieri Advogados Associados e GABBI Consultorias. Além disso, contou com a prestação de serviços dos colaboradores da empresa, diversos deles trabalhando na mesma há vários anos.

Sendo assim, apresenta-se este Plano de Recuperação Judicial, o qual foi elaborado com estrita observância do espírito norteador da Lei de Recuperação de Empresas, visando assim, buscar um direcionamento e ponto comum entre a relevante função social do MOINHO IPIRANGA e os interesses dos seus credores, convergindo assim no espírito principal da Lei.

O Plano de Recuperação é apresentado com todas as premissas aplicadas para a sua construção, incluindo a projeção de resultados e fluxo de caixa, para os próximos exercícios, o que permite uma visualização clara e objetiva do desempenho econômico financeiro

durante a sua vigência, e conseqüentemente, sua viabilidade e capacidade de pagamento a seus credores.

## 1.2. Sumário das Medidas e Objetivos Básicos

O presente Plano tem por objetivo reestruturar o MOINHO IPIRANGA, para que o mesmo supere sua momentânea dificuldade econômico-financeira, dando continuidade aos seus negócios.

Este Plano procura projetar o impacto das medidas administrativas e operacionais que se pretende implementar, para que o MOINHO IPIRANGA alcance um lucro operacional adequado e sustentável ao longo dos próximos anos, o que possibilitará sua sustentação econômica e financeira. O presente Plano procura também, de forma clara e objetiva, demonstrar que a empresa possui viabilidade e como será o processo para quitação de suas dívidas.

Para a elaboração do presente Plano foram analisadas, dentre outras, as seguintes áreas: estrutura organizacional, administrativa e financeira, análise mercadológica, planejamento estratégico em vendas, área industrial, planejamento e controle de produção, custos, compras, logística, marketing e recursos humanos. Assim sendo, a análise destas áreas em conjunto com a avaliação do desempenho financeiro da empresa foi a base para nortear as ações a serem tomadas visando a sua recuperação.

Portanto, os principais objetivos do Plano de Recuperação, são:

- ❖ Preservar o MOINHO IPIRANGA como entidade geradora de empregos, tributos e riquezas, assegurando o exercício da sua função social;
- ❖ Permitir que o MOINHO IPIRANGA supere sua momentânea dificuldade econômico-financeira, dando continuidade direta ou indiretamente a sua atividade social e humanitária atendendo Santa Maria e região, bem como de todo o Estado do Rio Grande do Sul, e outras regiões do país;
- ❖ Atender aos interesses dos credores do MOINHO IPIRANGA, mediante composição baseada em uma estrutura de pagamentos compatível com o

potencial de geração de caixa e realização de parte de seus ativos dentro do contexto da Recuperação Judicial;

- ❖ Reestruturar e equalizar as operações, direitos e ativos, do MOINHO IPIRANGA;
- ❖ Permitir o retorno e aumento da capacidade de produção do MOINHO IPIRANGA;
- ❖ Estruturar e ampliar a atuação do MOINHO IPIRANGA nos segmentos onde opera;
- ❖ Preservar o MOINHO IPIRANGA como entidade gestora patrimonial e gestora de operações, cujos ativos contribuem para o abastecimento do mercado de produtos alimentícios no Brasil.

Desta forma, a viabilidade futura da empresa depende não só da solução da atual situação de endividamento, mas também, e fundamentalmente, de ações que visem a melhoria de seu desempenho operacional. Sendo assim, as medidas identificadas no Plano de Reestruturação Operacional estão incorporadas a um planejamento estratégico para os próximos exercícios.

As projeções financeiras foram desenvolvidas assumindo-se o crescimento do mercado, baseado em premissas razoáveis e conservadoras que levam em consideração que o mercado continuará em crescimento conservador e contínuo, lembrando que a técnica utilizada foi a do justo meio termo, para que não fosse por demais conservadora, e, por conseguinte, inapta, ou que fosse otimista a ponto de ultrapassar a barreira da realidade ou que pudesse trazer expectativa errônea a todos.

As estratégias analisadas pela Empresa, e algumas já em fase de implantação, estão descritas nos itens seguintes:

- Reorganização Administrativa, em especial de recursos humanos com vistas a formação de equipes de trabalho com qualificação profissional e comprometimento com a empresa e seus objetivos;
- Revisão de Aspectos operacionais com vistas a Reorganização de sua operação, tornando-a mais eficiente, reduzindo, assim, o seu custo econômico-financeiro;
- Busca de novos parceiros para o fomento das operações com melhor resultado possível;

- Busca de novas parcerias para o fornecimento de matéria primas (trigo);
- Fortalecimento do mercado consumidor dos produtos do MOINHO IPIRANGA, identificando novos segmentos de mercado, tanto no aspecto geográfico (novas áreas) como novos nichos nas regiões já atendidas;
- Redefinição e incremento dos procedimentos de cobrança do saldo de contas a receber do MOINHO IPIRANGA;
- Busca de novas oportunidades de negócio para otimizar a capacidade de moagem do MOINHO IPIRANGA, especialmente na modalidade de prestação de serviço;
- Busca de soluções para a realização de ativos não operacionais.

Eventuais medidas adicionais serão avaliadas após a apresentação do Plano de Recuperação, com profunda investigação dos seus impactos na projeção de resultados operacionais.

### 1.3. Descritivo da Estrutura Societária e Administrativa

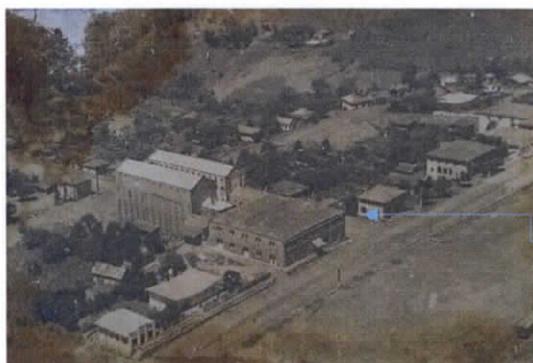
A estrutura societária da empresa está definida na cláusula sétima do contrato social, alteração contratual nº 17, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 4303784, conforme quadro a seguir.

Sócios:	Nº de quotas:	%	Valor em R\$:
Atair José Montagner Antoniazzi	1.200.000	40	1.200.000,00
Mario Augusto Brondani Antoniazzi	675.000	22,5	675.000,00
Otávio José Brondani Antoniazzi	675.000	22,5	675.000,00
Marcia Medianeira Antoniazzi Agostini	450.000	15	450.000,00
<b>TOTAL:</b>	<b>3.000.000</b>	<b>100</b>	<b>3.000.000,00</b>

A administração e o uso do nome comercial, de acordo com a cláusula décima do referido contrato social, cabe aos sócios Atair José Montagner Antoniazzi, Mario Augusto Brondani Antoniazzi e Otávio José Brondani Antoniazzi, os quais se incumbem de todas as operações e representações da sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

## 2. A HISTÓRIA DO MOINHO IPIRANGA

O MOINHO IPIRANGA, hoje de Razão Social, Adelino Antoniazzi Industria Moageira Ltda, iniciou suas atividades em 1972 sob a razão social Adelino Antoniazzi & Filhos Ltda, no município de Gaurama – RS, com o objetivo de produzir farinhas de trigo. Em 1972 as marcas de farinhas comercializadas eram “Bianca” e “Caçula”.



Moinho Ipiranga



Em 1975 transferiu suas atividades para Santa Maria – RS, instalando-se na Av. João Luiz Pozzobon nº 180 (antiga Faixa de Camobi), onde permanece até a presente data. A razão social atualmente em uso é decorrente de alteração contratual efetuada em 30/01/1992.



No ano 2000, o MOINHO IPIRANGA lançou no mercado a família de produtos com a marca "Antoniuzzi" em substituição à marca "Bianca", e manteve a linha "Caçula". Ambas são comercializadas até os dias atuais.

O aprimoramento e a busca de qualidade de seus produtos sempre nortearam as ações do MOINHO IPIRANGA. Em 1990 efetuou a substituição dos bancos de cilindros por cilindros novos importados da Alemanha. Posteriormente, instalou no seu parque industrial laboratório e padaria experimental para controle de qualidade de trigo e farinhas.



Nos anos de 2009 e 2010 ampliou sua capacidade industrial, sua produção que era de 90 ton/dia passou a 120 ton/dia, elevando em 33,33%. Por sua vez, o acréscimo nas edificações em mais de 1.000 m<sup>2</sup> permitiram modernização nos processos de produção, envase e expedição dos produtos.

Recentemente a empresa investiu em novos equipamentos utilizados na recepção de trigo, como um tombador de descarga, permitindo maior agilidade no processo de recepção de matéria prima, com este investimento, o MOINHO IPIRANGA também tem o objetivo de melhorar a circulação de caminhões, evitando congestionamentos no entorno de sua sede.

Além disso, a empresa está em processo de modernização e ampliação, atualizando e instalando novos equipamentos que elevarão a capacidade de moagem para 250 ton/dia.

Nesta configuração atual, o MOINHO IPIRANGA gera 50 empregos diretos, além de parcerias com prestadores terceirizados como transportadoras.

No que se refere aos produtos elaborados, o MOINHO IPIRANGA trabalha com Linha Doméstica, Linha Panificação, Linha Pré Mistura e Linha Indústria, conforme detalhado a seguir, com imagens extraídas do catálogo de produtos.

- Linha Doméstica:

### ANTONIAZZI TIPO 1

**Embalagem 1kg e 5kg**  
Código de barras:  
1kg: 789671220011  
5kg: 789671220028

**Indicação:** Produto destinado à elaboração de pães caseiros, cucas, bolos, biscoitos, tortas, salgados, massas e receitas diversas.



### ANTONIAZZI INTEGRAL

**Embalagem 1kg e 5kg**  
Código de barras:  
1kg: 7896712200363  
5kg: 7896712200233

**Indicação:** Indicada para pães, massas, bolos, biscoitos e demais receitas de produtos integrais. A Farinha Integral Antoniazzi deixa as suas receitas muito mais saudáveis, proporcionando uma alimentação rica em fibras.



### ANTONIAZZI COM FERMENTO TIPO 1

**Embalagem 1kg**  
Código de barras:  
7896712200301

**Indicação:** Indicada, especialmente, para bolos caseiros. É o segredo para deixar suas receitas mais macias e com maior rendimento.



### ANTONIAZZI MASSA FRESCA TIPO 1

**Embalagem 1kg e 5kg**  
Código de barras:  
1kg: 7896712200240  
5kg: 7896712200257

**Indicação:** Ideal para macarrão, lasanhas, pães caseiros, pasteis, pizzas e cucas. Suas receitas ficarão mais leves e saborosas por mais tempo.



### ÇAÇULA TIPO 1

**Embalagem 1kg e 5kg**  
Código de barras:  
1kg: 7896712200165  
5kg: 7896712200158

**Indicação:** Produto destinado à elaboração de pães caseiros, biscoitos e salgados.



- Linha Panificação:

### ANTONIAZZI TIPO 1

**Embalagem 25kg**  
Código de barras:  
7896712200134

**Indicação: Produto destinado à elaboração de pães especiais e confeitaria.**



### ANTONIAZZI PANIFICAÇÃO TIPO 1

**Embalagem 25kg e 50kg**  
Código de barras:  
25kg: 7896712200141  
50kg: 7896712200080

**Indicação: Produto destinado à elaboração de pão francês e similares.**

### ANTONIAZZI PANIFICAÇÃO SUPER

**Embalagem 25kg e 50kg**  
Código de barras:  
25kg: 7896712200141  
50kg: 7896712200080

**Indicação: Produto destinado à elaboração de pão francês e similares.**



### ANTONIAZZI MASSA FRESCA TIPO 1

**Embalagem 25kg**  
Código de barras:  
25kg: 7896712200288

**Indicação: Produto destinado à elaboração de massas frescas e massas secas.**

- Linha Pré Mistura:

## ANTONIAZZI MISTURA PÃO FRANCÊS

Embalagem 25kg

Código de barras:  
7896712200035

Indicação: Destinado à elaboração de pão francês e similares.



## ANTONIAZZI MISTURA PÃO FRANCÊS FP

Embalagem 25kg

Código de barras:  
7896712200097

Indicação: Produto destinado à elaboração de massas para longa fermentação.



## ANTONIAZZI MISTURA PÃO HAMBÚRGUER

Embalagem 25kg

Código de barras:  
7896712200042

Indicação: Produto destinado à elaboração de pão de hambúrguer e massas doces em geral.



## MISTURAS ESPECIAIS PARA PÃES E BOLOS

Embalagem: 5kg

Indicação: Produto destinado à padarias e confeitarias.



- Linha Indústria:



**ANTONIAZZI MASSA**  
Embalagem: 25kg, 50kg e Big Bag  
Código de barras:  
25kg: 7896712200080  
50kg: 7896712200073  
Indicação: Produto destinado à elaboração de massas secas.

**CAÇULA INDÚSTRIA**  
Embalagem: 50kg e Big Bag  
Código de barras:  
50kg: 7896712200059  
Indicação: Produto destinado à elaboração de massas secas e biscoitos salgados.



**CAÇULA INDÚSTRIA A**  
Embalagem: 50kg e Big Bag  
Código de barras:  
50kg: 7896712200059  
Indicação: Produto destinado à elaboração de biscoitos salgados, crackers e waffles.

**CAÇULA INDÚSTRIA B**  
Embalagem: 50kg e Big Bag  
Código de barras:  
50kg: 7896712200059  
Indicação: Produto destinado à elaboração de biscoitos salgados e doces.





Também faz parte da história do MOINHO IPIRANGA a participação em ações sociais. Ao longo dos anos a empresa fez doações a entidades sociais, tanto com doações em espécie como em farinha. Pode-se citar como exemplo das referidas entidades a Paróquia Nossa Senhora das Dores, Lar das Vovozinhas, Irmãs Carmelitas e Igreja de Monte Bérico.

Destaca-se, também, a atividade realizada na padaria experimental da empresa. Os testes realizados diariamente produzem pães em quantidade suficiente ao consumo dos empregados, no refeitório e em suas residências, e o excesso é entregue, diariamente, a entidades assistenciais da cidade, especialmente Lar das Vovozinhas e Creche Jardim de Maria.



Por outro lado, o MOINHO IPIRANGA promove, em comunidades carentes, cursos para preparação de pães, massas e bolos, que podem servir como opção de inclusão social,

qualificando as participantes na elaboração de produtos para a subsistência familiar e/ou despertando o interesse profissional na área.

Ainda, para valorizar sua marca, o MOINHO IPIRANGA promove em pontos estratégicos da cidade, Eventos de culinária com a intenção de ensinar técnicas e com foco em propaganda e marketing.



### 3. A ESTRUTURA FÍSICA DO MOINHO IPIRANGA

#### 3.1. O Complexo Industrial do MOINHO IPIRANGA

A empresa ADELINO ANTONIAZZI INDÚSTRIA MOAGEIRA LTDA está instalada em terreno com área de 3.787,00m<sup>2</sup>, localizado na Av. João Luiz Pozzobon nº 180, bairro Nossa Senhora Dores, Santa Maria/RS, CEP 97.095-465, e matrícula no Cartório de Registro de Imóveis de Santa Maria nº 53.885, sobre o qual constam suas edificações, quais sejam, prédio de alvenaria (industrial) com inscrição no Cadastro Imobiliário da Prefeitura de Santa Maria sob nº 0497700-0 e área construída total de 3.668,94 m<sup>2</sup> (2.636,51m<sup>2</sup> + 1.032,43m<sup>2</sup>), e casa de alvenaria (residencial), inscrita no Cadastro Imobiliário da Prefeitura de Santa Maria sob nº 0497800-0 e área construída de 164,50m<sup>2</sup>.



O maquinário e os equipamentos instalados no MOINHO IPIRANGA consignam uma capacidade de moagem de 120 toneladas por dia, 3.600 toneladas por mês.

Por oportuno, registra-se que a estrutura para moagem de trigo envolve diversos sistemas, abrangendo desde a recepção do trigo, limpeza, moagem, até o envase e carregamento dos produtos prontos, incluindo também o transporte pneumático e armazenagem de trigo, produtos prontos ou em elaboração. A seguir apresenta-se o detalhamento de cada um dos sistemas.

- a) Sistema de recebimento de trigo – descarga por tombamento, em fase de instalação, o qual abrange obras civis, estrutura metálica e elétrica, tombador de descarga de caminhões, roscas transportadoras, elevador e readequação do sistema elétrico que atenderá todo o processo industrial:



- b) Laboratório e padaria experimental para controle de qualidade de trigo e farinhas:



- c) 4 silos de concreto para armazenagem de trigo com capacidade total de 520 toneladas e 2 silos de concreto para umidificação de trigo com capacidade total de 200 toneladas:



- d) Sistema de limpeza de trigo:



- e) Moagem de trigo e produção de farinha e farelo:



f) Balanças ensacadeiras para farinha:



g) Sistema de empacotamento e enfardamento para pacotes de 1kg e 5kg:



h) Balança ensacadeira para big bag:



- i) 2 silos de farinha à granel com capacidade total de 240 ton e 2 silos de farelo à granel com capacidade total de 70 ton:



- j) Sistema de movimentação e carregamento de big bag composto por uma monovia e uma ponte rolante:



- k) Compressores de alta tecnologia para produção de ar comprimido:



- l) 4 silos externos de armazenamento de trigo com capacidade total de 2.400 ton:



### 3.2. Comentários sobre o Parque Industrial de Moagem de Trigo do MOINHO IPIRANGA:

O complexo de moagem de trigo é moderno, com capacidade de moagem de 3.600 toneladas/mês. Ele é composto por 08 bancos de cilindros de marca NAGEMA (de origem alemã).

Além disso, o MOINHO IPIRANGA tem projeto em andamento para melhoramento em seu maquinário relacionado à moagem de trigo com aquisição de máquinas importadas da empresa Selis Makina Endüstri ve Ticaret Ltd. Sti. – Turquia, no valor total de 330.452,00 USD, com financiamento parcial do Banco do Brasil. A conclusão do projeto elevará a capacidade de moagem para 250 toneladas/dia, 7.500 toneladas/mês.

### 3.3 Comentários Sobre as Áreas Não Operacionais

Importante observar que, em anexo à área industrial e de estacionamento (matrículas no Cartório do Registro de Imóveis de Santa Maria nº 53.883 e 43.195), a empresa possui ainda alguns imóveis não necessários à operação da empresa, todos localizados na Travessa Alexandre Menuzzi, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Matrícula:	Imóvel:
24.497	Terreno e prédio de alvenaria nº 51
24.498	Terreno e prédio de alvenaria nº 61
24.499	Terreno
24.500	Terreno
24.501	Terreno

Trav. Alexandre Menuzzi

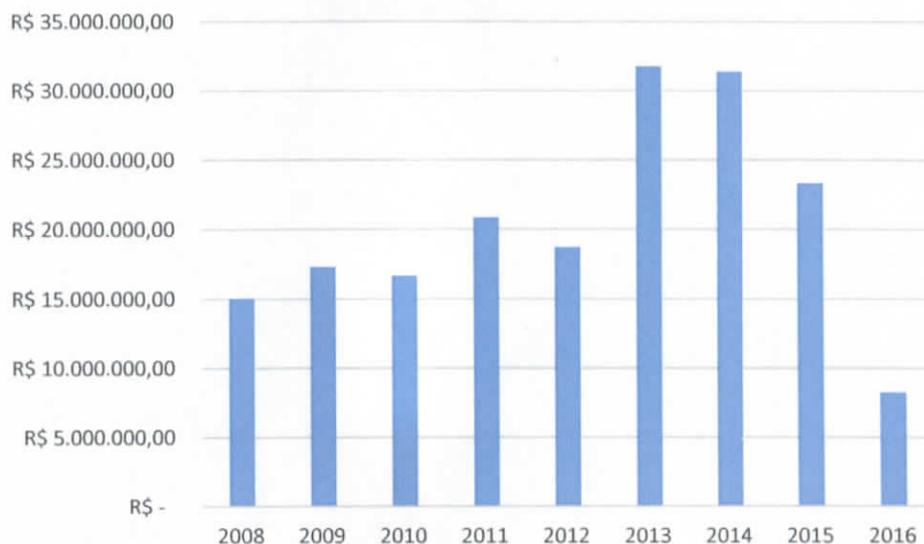


#### 4. HISTÓRICO DO FATURAMENTO DA EMPRESA

Apresenta-se, a seguir, demonstrativos do faturamento da empresa nos últimos exercícios:

Período	Faturamento Anual
2008	R\$ 15.049.556,64
2009	R\$ 17.310.225,84
2010	R\$ 16.672.927,44
2011	R\$ 20.871.291,51
2012	R\$ 18.720.431,44
2013	R\$ 31.769.099,65
2014	R\$ 31.400.272,52
2015	R\$ 23.319.894,83
2016	R\$ 8.248.773,93 Parcial

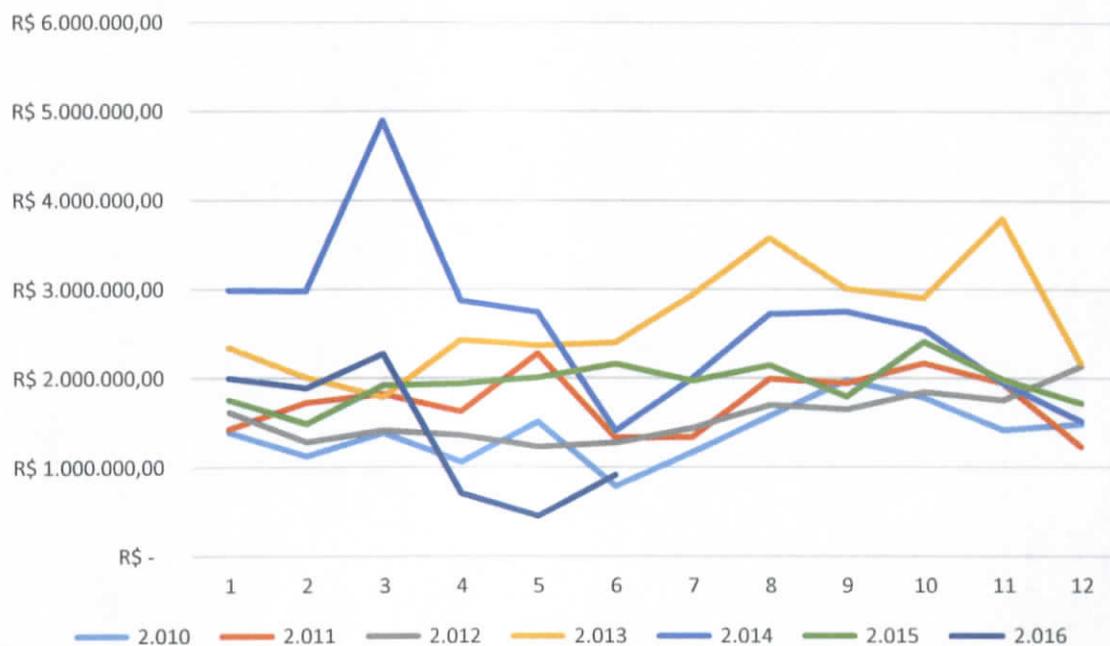
Faturamento Anual - 2008 a 2016



Faturamento Mensal dos últimos anos:

	2010 - R\$	2011 - R\$	2012 - R\$	2013 - R\$	2014 - R\$	2015 - R\$	2016 - R\$
Jan	1.389.957,95	1.431.517,14	1.614.751,88	2.347.878,66	2.994.551,96	1.758.421,81	2.001.956,71
Fev	1.126.494,84	1.724.722,24	1.284.067,55	2.015.890,37	2.980.451,28	1.486.986,72	1.890.475,31
Mar	1.386.102,02	1.825.735,37	1.414.396,34	1.791.688,90	4.895.990,54	1.926.750,70	2.276.748,46
Abr	1.061.332,19	1.627.074,77	1.358.638,23	2.432.615,70	2.874.364,36	1.943.608,96	711.406,12
Mai	1.507.630,03	2.281.317,25	1.228.711,72	2.370.822,39	2.743.357,14	2.010.326,13	455.756,64
Jun	790.181,48	1.331.632,99	1.275.872,55	2.400.344,89	1.408.445,39	2.160.509,46	912.430,69
Jul	1.168.832,83	1.339.085,71	1.443.003,00	2.940.879,46	1.999.826,90	1.973.327,15	
Ago	1.576.761,96	1.996.718,61	1.703.844,56	3.579.559,55	2.724.833,34	2.146.212,01	
Set	1.979.887,10	1.949.992,54	1.650.737,72	3.011.456,46	2.753.361,43	1.794.381,76	
Out	1.784.834,31	2.176.478,27	1.850.675,36	2.906.440,25	2.556.295,14	2.413.719,29	
Nov	1.418.447,98	1.953.760,35	1.758.247,81	3.797.366,38	1.950.716,81	1.985.533,88	
Dez	1.482.464,75	1.233.256,27	2.137.484,72	2.174.156,64	1.518.078,23	1.720.116,96	
<b>T O T A L</b>	<b>16.672.927,44</b>	<b>20.871.291,51</b>	<b>18.720.431,44</b>	<b>31.769.099,65</b>	<b>31.400.272,52</b>	<b>23.319.894,83</b>	<b>8.248.773,93</b>

Faturamento Mensal - 2010 a 2016



## 5. ANÁLISE DE MERCADO

Para a busca de uma solução para o equacionamento financeiro e operacional da empresa é preciso se analisar as potencialidades que o mercado de sua atuação oferece.

Mais que isso, é preciso conhecer as características operacionais, e as alternativas possíveis de serem exploradas, sempre visando a manutenção da empresa como fonte geradora de emprego, renda, e participação ativa nos mercados onde atua.

Assim, para uma correta análise mercadológica, é necessário não só uma análise microeconômica relativa à produção e ao consumo de farinha de trigo, mas também uma análise macroeconômica do comportamento da economia brasileira como um todo e as correspondentes tendências que possam efetivamente trazer reflexos na operação da empresa de forma geral.

Assim, antes de se analisar propriamente o mercado onde se insere o MOINHO IPIRANGA, é necessário observar o comportamento macroeconômico brasileiro.

Desta forma, passamos, a seguir, a nos aprofundar sobre essa questão mercadológica e análise de cenários econômicos.

### 5.1. Plantio de trigo – Safra Brasileira, Safra Argentina e Exportações

O USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) reportou novo boletim mensal de oferta e demanda para o trigo. Mais uma vez, o órgão revisou para cima a projeção da safra mundial 2016/17 para 743,44 milhões de toneladas. Em julho, o número ficou em 738,51 milhões de toneladas. Na contramão desse cenário, os estoques finais globais caíram de 253,70 milhões para 252,82 milhões de toneladas.

No caso da safra norte-americana, o departamento também elevou suas estimativas para 63,16 milhões de toneladas, contra as 61,53 milhões de toneladas indicadas no relatório anterior. Os estoques apresentaram ligeira queda e caíram de 30,08 milhões para 29,93 milhões de toneladas. As exportações foram projetadas em 25,86 milhões de toneladas, número bem próximo do indicado anteriormente, de 25,17 milhões de toneladas.

Para o Brasil, todos os números ficaram em linha com o boletim de julho. A produção ficou mantida em 5,30 milhões de toneladas, os estoques finais em 1,31 milhão de toneladas, as exportações em 1 milhão de toneladas e as importações em 6 milhões de toneladas.

O departamento ainda trouxe as projeções para a safra da Argentina. A perspectiva é que os produtores colham 14,40 milhões de toneladas de trigo nesta temporada. O número está ligeiramente abaixo do indicado no mês passado, de 15 milhões de toneladas. Já os estoques finais apresentaram leve alta, de 930 mil para 960 mil toneladas. Enquanto as exportações recuaram de 9 milhões para 8 milhões de toneladas.

## 5.2. Consumo Mundial de Trigo

O consumo mundial de trigo está projetado em 732 milhões de toneladas em 2016/2017, um aumento de 3,31% sobre a projeção de 709 milhões de toneladas em 2015/2016.

CONSUMO MUNDIAL DE TRIGO (milhões t)

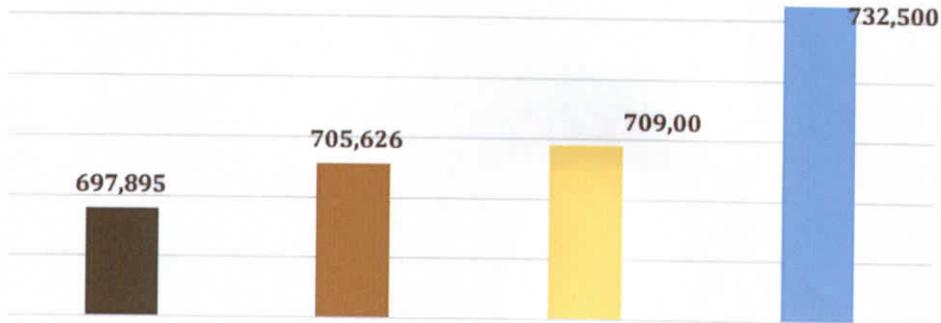
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 *
Algeria	9,850	10,050	10,250	10,450
Brasil	11,400	10,700	10,200	10,100
Canada	9,414	9,077	8,600	8,800
China	116,500	116,500	112,000	117,000
Egito	18,500	19,100	19,200	19,800
Estados Unidos	34,261	31,335	31,589	37,204
Índia	93,848	93,122	88,641	93,100
Indonésia	7,165	7,365	8,800	9,200
Iran	17,000	17,500	18,000	18,500
Marrocos	9,000	9,000	9,800	9,600
Paquistão	24,100	24,500	24,400	24,500
Rússia	34,100	35,500	37,000	38,500
Turquia	17,750	17,500	18,000	17,800
Ucrânia	11,500	12,000	12,500	12,500
União Europeia	117,300	124,700	129,900	129,300
Uzbequistão	8,400	8,900	9,350	9,500

352  
9

Outros	150,279	153,454	159,330	162,600
<b>Total</b>	<b>697,895</b>	<b>705,626</b>	<b>709,008</b>	<b>732,500</b>

Fonte: United States Department of Agriculture - Foreign Agricultural Service

\* Atualizado em agosto de 2016



### PRODUÇÃO X CONSUMO MUNDIAL DE TRIGO (milhões t)

	ESTOQUE	PRODUÇÃO	CONSUMO
2013/14	193,839	714,966	697,895
2014/15	216,087	727,874	705,626
2015/16	241,882	734,803	709,008
2016/17 *	252,824	743,442	732,500

Fonte: United States Department of Agriculture - Foreign Agricultural Service

\* Atualizado em agosto de 2016

### 5.3 Importações de Trigo

O Brasil, um dos maiores importadores globais de trigo, deverá elevar ligeiramente as importações do cereal em 2016 ante 2015, mas dobrará as compras do produto dos Estados Unidos neste ano, com moinhos nacionais buscando o grão de maior qualidade no Hemisfério Norte no segundo semestre.

Enquanto todas as importações de trigo pelo Brasil somariam cerca de 5,5 milhões de toneladas neste ano, ante 5,1 milhões em 2015, as compras do produto dos EUA saltariam para aproximadamente 1 milhão de toneladas, ante 451 mil no ano passado, previu do presidente do Sindicato da Indústria do Trigo no Estado de São Paulo (Sindustriço), Christian Saigh, que comanda a associação do setor no principal Estado consumidor nacional do cereal.

Moinhos e tradings brasileiros elevaram as compras de trigo do exterior e o Brasil deverá receber quase três vezes mais carregamentos do grão em setembro do que no mesmo mês do ano passado, devido a uma escassez de produto no mercado interno, apontam dados de escalas de navios.

Atualmente, há previsão de desembarque de 433 mil toneladas de trigo estrangeiro nos portos brasileiros este mês, ante 151 mil toneladas na previsão de 12 meses atrás, segundo dados da Wilson Sons Agência.

Do previsto para setembro, há 171 mil toneladas de trigo da Argentina, fornecedor mais tradicional do Brasil, com um aumento de 484 por cento ante 12 meses atrás. Dos Estados

Unidos deverão desembarcar 157 mil toneladas, ante apenas 11 mil da previsão de setembro do ano passado.

Metade do volume de trigo processado nos moinhos brasileiros todos os anos vem do exterior. Em 2016, ficou muito difícil encontrar no mercado local o trigo de qualidade elevada usado para fabricação de farinha de panificação, após chuvas prejudicarem as lavouras do Sul do Brasil na colheita de 2015.

Intempéries semelhantes afetaram também a qualidade da safra da Argentina, que chegou ao mercado entre o fim de 2015 e o início de 2016.

"Quando começou a ter problema na Argentina, o pessoal carregou a mão no trigo americano. Agora a gente só tem perspectiva de trigo novo argentino para dezembro", disse o executivo de um grande moinho de São Paulo, sob condição de anonimato.

O desenvolvimento das lavouras de trigo do Rio Grande do Sul e do Paraná da temporada 2016 está em andamento, colocando o mercado doméstico no auge da entressafra. A colheita paranaense está na iminência de começar.

"O trigo da nova safra não pode ser processado imediatamente, o grão precisa esperar até se 'estabilizar'. Ele vai ser comercializado ou processado a partir de dezembro. Até lá os moinhos terão necessidade de importar", destacou um corretor sênior de Porto Alegre (RS), sobre o cereal gaúcho, colhido um pouco mais tarde que no Paraná.

Os dados da Wilson Sons Agência mostram que há cinco navios previstos para descarregar trigo em Paranaguá (PR) em setembro, e outros quatro em Rio Grande (RS).

"Isto (importações para o Rio Grande do Sul e o Paraná) só aconteceu a partir de julho. Antes disso, praticamente não tinha navios de trigo para estes portos... O trigo nacional acabou no final de julho", disse o diretor da consultoria Trigo e Farinhas, Luiz Carlos Pacheco, de Curitiba.

Segundo ele, o Brasil vive hoje escassez de trigo nacional e pouca disponibilidade de grãos com 12 por cento de teor de proteína da Argentina, que é usado para panificação.

"Então precisa comprar trigo argentino pra fazer biscoito e massa e trigo americano para fazer pão", comentou o analista.

A fonte da indústria em São Paulo avaliou o movimento de importação em setembro como "incomum" e disse que muitos compradores também aceleraram o fechamento de negócios

nos Estados Unidos para evitar competição nos portos de carregamento em meio à nova safra norte-americana, que começará a ser colhida em breve.

"De setembro em diante começa entrar soja, milho e sorgo nos portos dos Estados Unidos", completou o executivo.

Entre janeiro e julho, o Brasil importou 3,37 milhões de toneladas de trigo, alta de 11 por cento ante o mesmo período de 2015, segundo estatística fornecida pelo Ministério da Agricultura.

Os dados oficiais de importações do mês de agosto ainda não estão disponíveis, mas o levantamento da Wilson Sons Agência mostra que o Brasil recebeu 661,7 mil toneladas de trigo no mês passado. O volume é consideravelmente maior do que o registrado pelo governo em agosto de 2015, de 327,4 mil toneladas, segundo Reuters.

#### 5.4. Área Plantada de Trigo no Brasil

No Brasil, a área de plantio de trigo, este ano, alcançou dois milhões de hectares e a estimativa de produção é de mais de cinco milhões de toneladas de trigo. "O cenário é positivo em função dos bons preços, os estoques reduzidos e uma demanda aquecida no mercado nacional e internacional", avalia o pesquisador Julio Albrecht, da Embrapa Cerrados (Planaltina-DF), unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O plantio de trigo no Rio Grande do Sul alcançou 78% da área plantada para esta safra. De acordo com dados da Emater a maioria das lavouras foi plantada com intenso uso das tecnologias, tendo os fertilizantes, inseticidas e as sementes selecionadas alto índice de rendimento.

O desempenho dos trabalhos no campo neste ano representam um aumento de quase quinze pontos percentuais de avanço. Na temporada passada 64% da área havia sido semeada neste mesmo período.

### 5.5. Consumo de Trigo no Brasil

O brasileiro está incorporando outros ingredientes em sua dieta alimentar, que tem ido além do tradicional feijão com arroz. Outro grão que ganha espaço na mesa das famílias é o trigo, a matéria-prima do pão nosso de cada dia, das massas, biscoitos e um dos produtos estratégicos que combatem a fome da humanidade, segundo a FAO (Food and Agriculture Organization). Nos últimos 40 anos, o consumo médio per capita no Brasil mais que dobrou, conforme projeções do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Atualmente, cada pessoa consome 60 kg de trigo em um ano, média considerada ideal pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

### 5.6. Expectativa de Preços do Trigo

A proximidade do início da colheita de trigo no Paraná e em São Paulo e as expectativas de boa safra em todo o País devem reduzir o ritmo de alta das cotações do cereal e da farinha. Além disso, as maiores importações de trigo, favorecidas pela queda do dólar frente ao Real, e os estoques mundiais elevados reforçam a possibilidade de enfraquecimento dos preços no curto prazo.

Por outro lado, segundo pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), as perspectivas de que o setor de ração continue demandando trigo em detrimento do milho devem contribuir para amenizar possíveis quedas.

Apesar da demanda relativamente enfraquecida na última semana, vendedores que ainda detinham o grão estiveram firmes nas negociações, mantendo em níveis altos os preços do trigo no Brasil. Assim, o valor médio do trigo no Paraná, refletido pelo Indicador CEPEA/ESALQ, fechou a segunda-feira, 1<sup>o</sup>, a R\$ 909,29/t, ligeira alta de 1,67% em sete dias.

### 5.7. A Visão do MOINHO IPIRANGA Sobre o Mercado de Trigo e de Farinha de Trigo

Diante do cenário nacional, observa-se que mesmo com crises econômicas e políticas do Brasil, existe uma boa expectativa de mercado para os próximos anos, especialmente se considerarmos a crescente inclusão social que vem ocorrendo no país, onde expressivo percentual da população antes nas classes “d” e “e” tem avançado para as classes “c” e “d”, respectivamente, favorecendo o mercado de fabricação e comércio de farinhas, massas e bolos.

Hoje, o complexo industrial de moagem de trigo do MOINHO IPIRANGA está em boas condições de operação e está subutilizado. Ou seja, sem nenhum investimento adicional na estrutura física, é possível ampliar a produção de farinha de trigo, e, com a conclusão do investimento já iniciado (equipamentos turcos), é possível ampliar a capacidade de moagem em 108%.

Por sua vez, o mercado das farinhas Antoniazzi e Caçula mostra-se promissor em função da consolidação da marca, pois são 44 anos de presença mercadológica que conquistaram um grande número de Clientes consumidores, ainda este tempo de experiência é reconhecido na qualidade do produto.

## **6. AS CAUSAS DO DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO MOINHO IPIRANGA**

Conforme já descrito anteriormente, vários foram os fatores que contribuíram para o desequilíbrio econômico e financeiro da empresa.

Apresentaremos, a seguir, um resumo sobre os principais fatores:

### **6.1. Redução da Produção Nacional de Trigo**

O Brasil, após a abertura da economia no setor de trigo, ao final da década de 1980, se viu autossuficiente na produção do mesmo, e começou, no início dos anos 90, a reduzir sua produção de trigo, deixando o país aberto à concorrência internacional no mercado.

Essa situação de aumento das importações de trigo se agravou com a instituição do MERCOSUL, em 1994, porque, com o corte dos impostos de importação, os moinhos brasileiros passaram a comprar grandes volumes de trigo da Argentina, que tem condições

d

Guipi

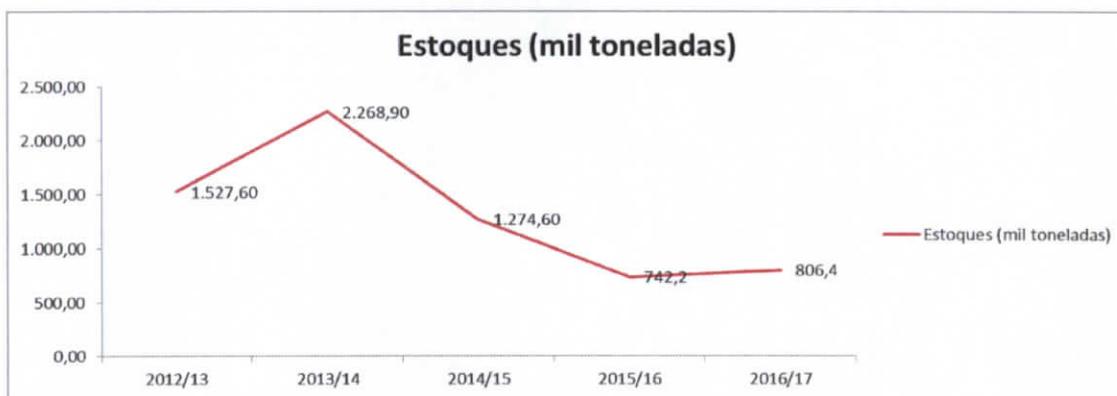
de clima e solo favoráveis para o plantio, produzindo trigo a um menor custo e melhor qualidade.

Esse aumento das importações de trigo da argentina acabou inviabilizando ainda mais o cultivo do trigo nacional, tornando a importação a melhor estratégia para atendimento das necessidades internas.

A tabela abaixo demonstra a redução dos estoques Nacionais de Trigo, que teve início em 2014, o qual limitou a disponibilidade de matéria prima para a Indústria Moageira, obrigando a importação da mesma sob os reflexos da oscilação cambial do dólar.

Ano/Safra	Estoques (mil toneladas)
2012/13	1.527,60
2013/14	2.268,90
2014/15	1.274,60
2015/16	742,2
2016/17	806,4

Fonte: Conab, ABITRIGO



## 6.2. Redução da Moagem de Trigo no Estado do RS 2014/2015

A diminuição da oferta de matéria prima se refletiu na quantidade de toneladas de trigo moídas no Estado do Rio Grande do Sul, por consequência na queda de faturamento, Moinho Ipiranga inserido neste contexto.

ESTIMATIVA DE MOAGEM INDUSTRIAL POR ESTADO E REGIÃO – Moagem em ton										
REGIÃO	ESTADO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
I	AM/PA	226.746	185.177	220.994	219.080	244.061	296.291	349.128	316.842	440.000
II	MA/RN/PB/PE/AL/SE/BA/CE	2.400.395	2.332.596	2.271.922	2.439.269	2.631.748	2.700.462	2.757.713	2.526.837	2.450.000
III	DF/GO/MS/MT	191.523	280.126	387.201	395.574	410.000	395.000	420.000	430.000	420.000
IV	SP	2.009.990	1.913.190	1.746.838	1.977.283	1.842.477	1.840.762	1.982.192	1.862.511	1.776.000
V	MG	408.087	351.863	337.942	326.077	316.403	310.605	368.106	395.373	405.000
VI	ES/RJ	928.495	637.766	745.648	648.104	614.861	549.193	560.473	622.028	544.000
VII	PR	1.700.000	1.785.000	1.950.000	2.200.000	2.430.000	2.590.000	2.540.000	2.630.000	2.445.000
VII	SC	483.740	450.000	470.000	540.000	590.000	615.000	620.000	585.000	495.000
IX	RS	1.100.000	1.100.000	1.220.000	1.430.000	1.530.000	1.590.000	1.678.000	1.825.000	1.450.000
TOTAL		9.448.967	9.035.691	9.350.545	10.175.387	10.609.550	10.887.313	11.275.612	11.193.591	10.425.000



### 6.3. Variação do Custo do Trigo

Em função da falta de oferta do grão, aumentou consideravelmente o custo da matéria prima, afetando diretamente a lucratividade do Negócio.

Trigo/tonelada	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Reais	R\$ 476,00	R\$ 433,00	R\$ 485,00	R\$ 538,00	R\$ 772,00	R\$ 644,00	R\$ 657,00	R\$ 782,00
Dólar	\$234,00	\$246,00	\$292,00	\$274,00	\$355,00	\$276,00	\$195,00	\$217,00





#### **6.4. Descapitalização em Função de Ampliação do Parque Industrial**

Em 2008 a empresa iniciou os procedimentos para reestruturação do parque industrial, envolvendo a sua modernização e ampliação, tanto em termos de edificações quanto em maquinário, com programação de obtenção de recursos de financiamento do BNDES na linha FINAME.

Os projetos para ampliação das edificações foram aprovados na Prefeitura Municipal de Santa Maria em 17/03/2009.

No que se refere a máquinas e equipamentos, tal financiamento se efetivou, tendo sido firmados contratos com instituições financeiras (Sicredi, Banco do Brasil e Banco Itaú) da ordem de R\$ 1.232.000,00. O investimento nesta área totalizou R\$ 2.343.473,50, portanto, R\$ 1.111.473,50 foram custeados com recursos de capital de giro da Empresa.

Entretanto, por dificuldades encontradas na liberação de uma Licença Ambiental, o qual impedia a liberação de recursos de financiamentos da linha FINAME para as edificações, houve necessidade de uso de recursos próprios, uma vez que a ampliação já estava contratada e em andamento. Em 02/01/2012 foi imobilizado R\$ 1.357.735,67 referente às edificações efetuadas.

O desenrolar desse episódio desencadeou no processo de alavancagem com recursos de terceiros na operação da Empresa.

#### **6.5. Recorrência a Bancos e Elevado Custo Financeiro**

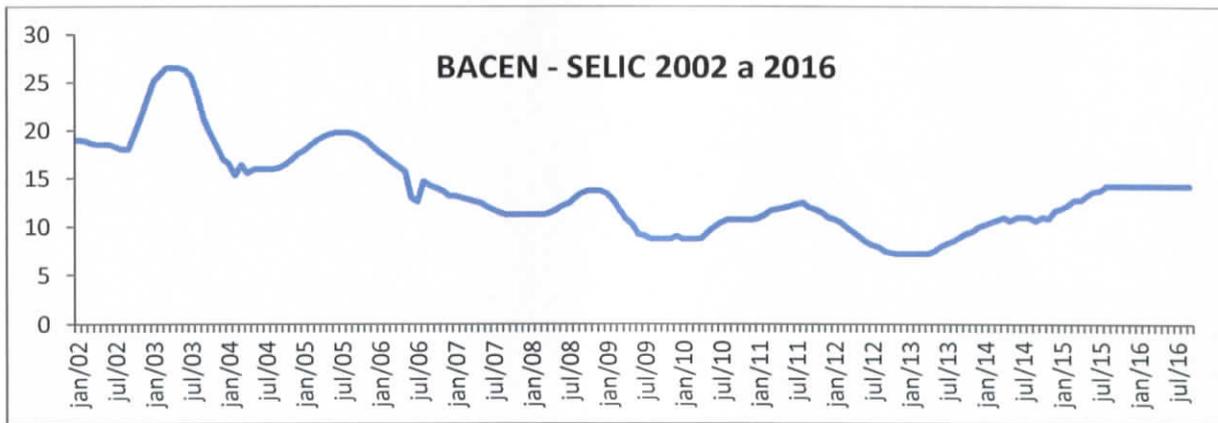
Com o início da escassez de recursos, sem geração positiva de fluxo de caixa e baixos níveis de capital de giro, o MOINHO IPIRANGA se viu obrigado a recorrer a bancos para garantir e honrar seus compromissos.

Os contratos e renegociações firmados com os bancos com as taxas de juros do mercado financeiro, aliados à baixa rentabilidade das atividades moageiras, fizeram com que os custos financeiros absorvessem praticamente toda a rentabilidade da operação do MOINHO IPIRANGA.

Só para se ter uma ideia sobre taxas de juros, é notório que o Brasil apresentou nos últimos anos uma das maiores taxas de juros do mundo.

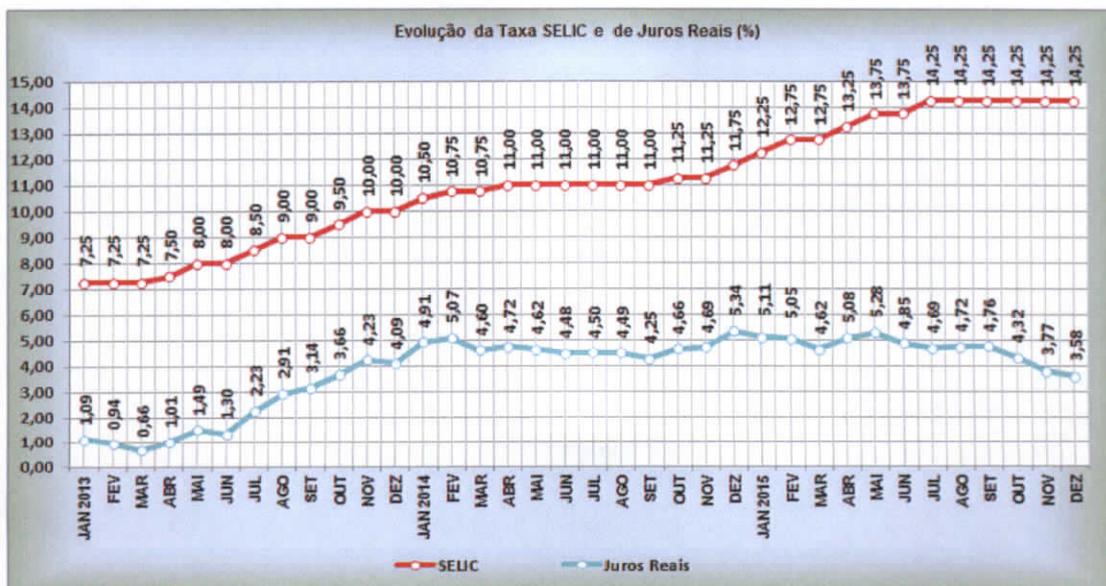
Apresenta-se, a seguir, demonstrativo do comportamento da taxa SELIC (que é a taxa básica de juros) nos últimos anos, bem como o comparativo, divulgado pelo Banco Central, da evolução da taxa SELIC e de juros reais no período de 2013 a 2015.

**Taxa Selic Brasil - 2002 - 2016:**



Fonte: BACEN

**Evolução da Taxa Selic e de Juros Reais - 2013 - 2015:**



Fonte: BACEN

Assim sendo, os elevados custos financeiros contribuíram para que a empresa passasse a registrar expressivos prejuízos financeiros em suas operações.

Desta forma, para garantir os compromissos firmados com os fornecedores de trigo, o MOINHO IPIRANGA começou a cada vez mais se endividar e ficar refém de linhas de crédito de curto prazo para o fomento e custeamento financeiro de suas operações. Os custos financeiros, a cada ano ficaram maiores e os limites de crédito, cada vez mais estrangulados, foram paulatinamente sufocando a empresa.

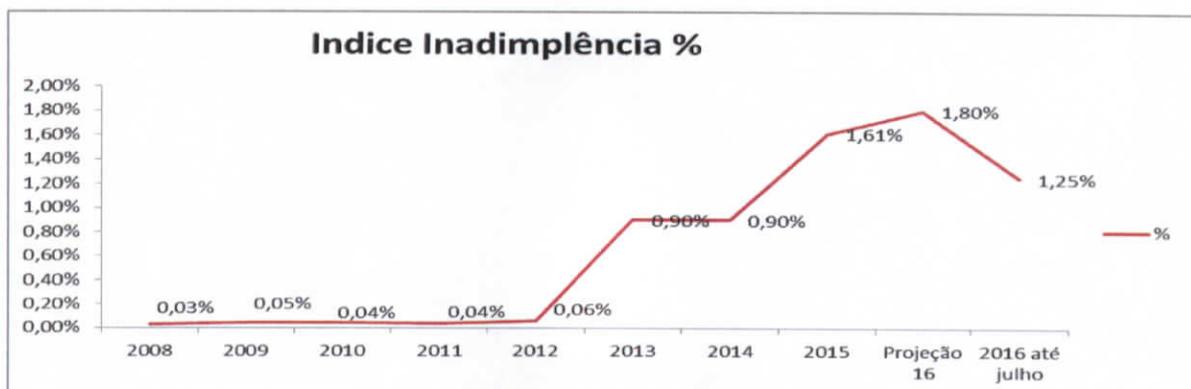
Com o aumento de seu custo financeiro inviabilizando sua lucratividade, o crédito à empresa foi se escasseando, até chegar a um ponto onde o MOINHO IPIRANGA se viu sem crédito bancário.

Apresenta-se, a seguir, um demonstrativo das despesas financeiras registradas em cada ano no Balanço da empresa:

Período	Faturamento Anual	Despesa Financeira	%
2008	R\$ 15.049.556,64	R\$ 771.190,28	5,12%
2009	R\$ 17.310.225,84	R\$ 906.994,81	5,24%
2010	R\$ 16.672.927,44	R\$ 1.114.315,15	6,68%
2011	R\$ 20.871.291,51	R\$ 1.827.686,42	8,76%
2012	R\$ 18.720.431,44	R\$ 2.080.417,64	11,11%
2013	R\$ 31.769.099,65	R\$ 2.278.329,32	7,17%
2014	R\$ 31.400.272,52	R\$ 1.730.235,31	5,51%
2015	R\$ 23.319.894,83	R\$ 2.546.129,57	10,92%
2016 (junho)	R\$ 8.248.773,93	R\$ 1.222.784,34	14,82%

### 6.6. Aumento de Inadimplência de Clientes

Conforme comportamento abaixo verificado, nos últimos períodos observamos que o inadimplimento de Clientes, absorve grande parte da lucratividade do negócio e este percentual aumentou consideravelmente de 2013 a 2016.



Fonte: Focco (Sistema Informações)



Fonte: Focco (Sistema Informações)

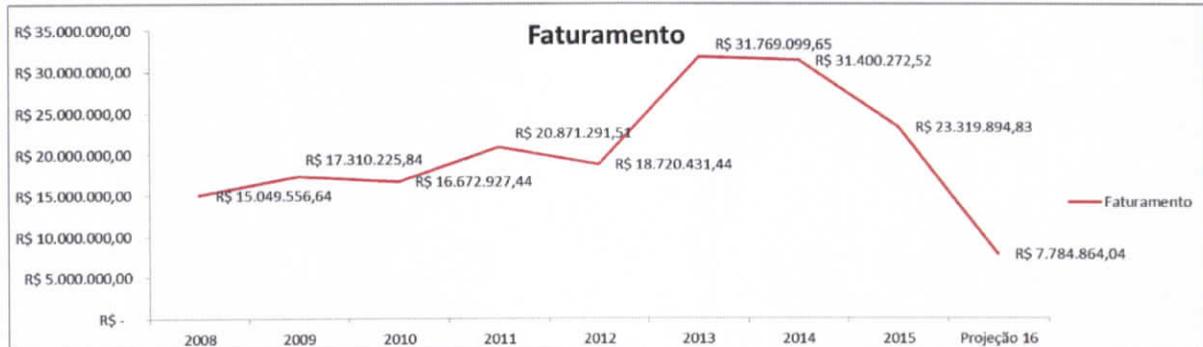
### 6.7. Inadimplência com Fornecedores e Bancos

Mesmo diante das gigantescas dificuldades, o MOINHO IPIRANGA, que é tradicional no ramo, se manteve no mercado, buscando uma redução drástica nos seus custos diretos e indiretos. Com vários problemas de ordem financeira, era presumível a inadimplência com fornecedores e bancos.

Todos esses problemas foram administrados com muita firmeza, só que se avolumaram até os dias atuais, pela absoluta dificuldade na obtenção/renegociação de linhas de crédito junto a instituições financeiras e fornecedores.

### 6.8. Queda no Faturamento pela Redução da Quantidade Produzida:

Pela dificuldade de compra de matéria prima para industrialização, o MOINHO IPIRANGA vem diminuindo a quantidade produzida o que, conseqüentemente, reduz drasticamente seu faturamento.



O MOINHO IPIRANGA, após um período de crescimento no faturamento, desde o ano de 2014, vem apresentando uma queda vertiginosa em suas vendas. A empresa chegou a faturar mais de R\$ 31,8 milhões de reais em 2013.

Os prejuízos operacionais são evidentes em seus balanços patrimoniais. A Empresa, que a cada ano foi reduzindo a sua capacidade de vendas/ produção, teve que também reduzir drasticamente o seu quadro de mão de obra.

## 7. DISCRIMINAÇÃO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO (Art. 53, I da Lei 11.101)

A administração atual do MOINHO IPIRANGA já iniciou suas ações para modificação do cenário da empresa.

Uma verdadeira força tarefa foi implementada, visando soluções para empresa, na busca de geração de caixa para a equalização de seus passivos. Cientes de que para a efetiva recuperação do MOINHO IPIRANGA é necessário controle rígido das ações propostas neste Plano, bem como foco nítido no objetivo principal, o equilíbrio da Organização. E, assim, iniciou-se o trabalho de reestruturação do MOINHO IPIRANGA.

Apresenta-se, a seguir, um resumo das ações já adotadas pelos administradores:

### 7.1. Medidas Já Adotadas pela Administração

O MOINHO IPIRANGA, com o apoio das consultorias jurídica, contábil e de gestão, está empenhada em, superando as dificuldades de aquisição de trigo, incrementar sua produção e comercialização de farinha de trigo, além de buscar novas oportunidades de negócios.

Neste sentido, firmou parceria comercial com Marcelo De Baco e Rita De Baco com vistas a futura participação societária, ambos atualmente sócios na empresa DE BACO CORRETORA DE MERCADORIAS LTDA. Marcelo De Baco, profissional altamente qualificado, com experiência de 26 anos de comercialização de trigo, no atendimento às necessidades de habilidades em logística das importações, exportações, cabotagens, intermediações. As habilidades logísticas, referem-se às importações do trigo do Uruguai, Paraguai, Argentina e mesmo na compra de trigo gaúcho e paranaense, quando comercialmente interessante. A dinâmica deste mercado, seus empecilhos, facilidades, burocracias, qualidade e velocidade de abastecimento também fazem parte de suas experiências. Rita De Baco, profissional com qualificação na área comercial com mais de 20 anos de experiência na área.

A complexidade de operações trouxe e traz até os dias de hoje, conhecimentos específicos do cotidiano de uma atividade dinâmica e de um mercado cada vez mais exigente. A proximidade com o fornecedor, a facilidade de entender suas deficiências, a facilidade do trânsito nas indústrias, nas tradings, em todo o MERCOSUL, EUA e Europa, foi o desenho de

um mapa natural para que Marcelo De Baco e Rita De Baco chegassem ao MOINHO IPIRANGA.

A finalidade desta reunião de esforços é, de certa forma, natural. De um lado, os atuais sócios do MOINHO IPIRANGA, com grande experiência na produção de farinhas de altíssima qualidade, conhecimento do mercado fim, de outro, as habilidades de varejo da Rita De Baco, as habilidades da prospecção e captação de trigo do Marcelo De Baco, têm como finalidade resgatar a saúde da empresa, o cumprimento do presente plano, com a entrega aos fornecedores os valores que forem pactuados mantendo a integridade da empresa.

#### **7.1.1. Reestruturação Relativa a Recursos Humanos**

Atualmente, o quadro de pessoal da empresa possui 34 colaboradores, considerando as atividades de moagem, envase, carregamento e apoio administrativo. Além disso, conta com o trabalho de terceirizados nas atividades de manutenção, transporte e vendas.

Dentre as atividades para reestruturação até então realizadas destaca-se:

- a) Realocações de Colaboradores: Para evitar demissões em massa, o MOINHO IPIRANGA redistribuiu alguns colaboradores, conforme suas habilidades técnicas para outros setores de necessidade da Organização.
- b) Contratação de Temporários: Para adequação do quadro de colaboradores o MOINHO IPIRANGA anualmente utiliza a contratação de temporários, porém com a situação momentânea da Empresa, esta opção está temporariamente suspensa.
- c) Terceirizações: Momentaneamente o MOINHO IPIRANGA utiliza a estratégia de terceirização de parte do processo de entrega, em função da redução de produção e também de custos.

#### **7.1.2. Ações de Profissionalização**

A empresa contratou, como já citado no início deste plano, consultorias jurídicas e financeiras especializadas para análise das possibilidades de melhoria da empresa.

## 7.2. Venda de Áreas Não Vinculadas ao Parque Industrial

Como já mencionado no item 3.3, o MOINHO IPIRANGA é proprietário de ativos não vinculados ao parque industrial. Tais ativos já possuem avaliação da Caixa Econômica Federal, e também da Sicredi, conforme documentos em anexo. O MOINHO IPIRANGA pretende inseri-los em negociação, sem prejuízo de eventual alienação para terceiros.

Matrícula:	Imóvel:	Avaliação	Credor Avaliador
24.497	Terreno e prédio de alvenaria nº 51	R\$ 191.000,00	Caixa Econômica Federal
24.498	Terreno e prédio de alvenaria nº 61	R\$ 180.000,00	Caixa Econômica Federal
24.499	Terreno	R\$ 260.000,00	Caixa Econômica Federal
24.500	Terreno	R\$ 350.000,00	Sicredi
24.501	Terreno	R\$ 340.000,00	Caixa Econômica Federal
	<b>Total de Ativos</b>	<b>R\$ 1.321.000,00</b>	

Destaca-se a importância desta estratégia de negociação, face a necessidade de liberação da sede do MOINHO IPIRANGA, uma vez que seu vínculo na modalidade de alienação fiduciária põe em risco todo o processo de recuperação da Empresa.

## 8. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ECONÔMICA e LAUDOS DE AVALIAÇÃO (Art. 53, II, III da Lei 11.101)

### 8.1. Premissa da Confirmação da Viabilidade Econômica

A lei de recuperação de empresas, interpretada à luz do princípio da preservação da empresa envolve, além das importantes reestruturações operacionais e mercadológicas, o

raciocínio lógico-científico do consultor na análise e avaliação criteriosas dos resultados financeiros a serem alcançados através das medidas propostas.

No presente Plano, essa análise financeira dos resultados projetados foi feita com adequado grau de conservadorismo, levando-se em consideração, obviamente, as reestruturações operacionais e mercadológicas previstas.

A administração e consultores da empresa cuidaram desde o primeiro momento desta fase, em reiterar políticas e implantar relatórios de acompanhamento que permitirão a constante verificação do andamento das operações para a necessária análise de alternativas e correção de rumos.

Entretanto, a melhor contribuição do modelo proposto foi a elaboração de um modelo de relatório que primou pela qualidade da projeção dos resultados a serem alcançados via a implementação deste Plano, feita a partir da captação das medidas de recuperação estudadas pela direção do MOINHO IPIRANGA.

Assim sendo, foram feitas projeções de custos, despesas e receitas da empresa para o período de vários anos.

Apresenta-se, ainda, a Demonstração de Resultados Projetados (Item 10.5.1), que deverá ser sempre confrontado com os dados reais para as devidas avaliações, o que, em última análise, permite a identificação de eventuais desvios e a imediata implementação de ações corretivas, tornando o Plano facilmente acompanhável e muito flexível.

O modelo foi acoplado a uma Demonstração de Fluxos de Caixa Projetados, (Item 10.5.1), que reflete, em bases anuais, a capacidade da empresa para o cumprimento dos compromissos assumidos: a liquidação dos valores devidos.

Finalmente, também é apresentado o Demonstrativo de Pagamento a Credores (Item 10.5.1.2, 10.5.2.2, 10.5.3.2), tanto a credores com Garantia Real quanto Quirografários. Esses demonstrativos contemplam as diversas modalidades de amortização da dívida propostas pela empresa as quais se encontram detalhadamente comentadas no item 10 deste Plano.

## 8.2. Premissas Utilizadas para as Projeções Financeiras

Inicialmente, importante ressaltar que os pilares básicos que foram utilizados na elaboração das projeções de Resultado e Fluxo de Caixa são as seguintes:

- Fundamentar projeções na mais realista probabilidade de consecução das metas referentes às áreas comercial (quantidades e preços de venda), administrativa e econômico-financeira, conforme explicado no texto desta proposta;
- Determinar, como principal objetivo, que – ao longo de todo o período – os saldos acumulados finais de caixa sejam positivos, confirmando a capacidade de recuperação da empresa;
- Destacar que é absolutamente imprescindível a concessão dos prazos de carência estabelecidos no item 10 deste Plano;
- Esclarecer que foram considerados acréscimos de 6% (seis por cento) em cada período anual, tanto para receitas como despesas;
- Que os valores das parcelas pagas aos credores, sofreram reajuste anual de 2% (dois por cento);
- O valor que está sendo utilizado como base, é o divulgado na primeira lista de credores ajustados pelas divergências já identificadas e notificadas pelo Administrador Judicial até a presente data;
- Caso até a data da realização da Assembleia Geral de Credores (art. 56 da LRE) tenha sido apresentada a 2ª Relação de Credores pelo Administrador Judicial (cf. art. 7º, § 2º da lei nº 11.101/05), os credores constantes dessa nova relação terão o mesmo tratamento que será dado aos credores da primeira lista de credores no presente Plano.

Apresenta-se, a seguir, as principais premissas utilizadas para a determinação e projeção de resultados e do fluxo de caixa da empresa para os próximos exercícios:

- Projeção das Vendas – O plano contempla uma projeção inicial, anual, de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) com acréscimos de 6% (seis por cento) ao ano;
- Os impostos sobre vendas foram calculados observando-se o percentual médio histórico sobre o faturamento;

- Projeção de Custos com matéria prima - projetado crescimento dos custos com matérias primas proporcionais às vendas;
- Projeção de Custos com energia elétrica - projetado proporcionalmente às vendas;
- Projeção de Crescimento de Despesas Variáveis – projetado crescimento proporcional à venda.
- No Fluxo de Caixa também estão computados todos os custos inerentes à recuperação judicial (honorários do administrador, peritos, e consultorias jurídica e de gestão).

Por fim, ressalta-se que a adequada recuperação da empresa, que se dará pela implementação das medidas previstas neste Plano, dependerá de diversos fatores pois, além da boa vontade, do conhecimento, da experiência e da capacidade de todos os envolvidos, sejam eles administradores, consultores, advogados, cada qual com suas habilidades, o sucesso desta recuperação também dependerá de fatores externos, tais como a política cambial e monetária, política de juros, modificações na carga tributária, etc., fatores esses, que hoje são imprevisíveis.

Recomenda-se, portanto, que para superar esses obstáculos imponderáveis no momento, ser importante manter-se sempre atualizado, sem perder de foco no objetivo principal da empresa, ou seja, a obtenção de resultados positivos.

As planilhas trazidas ao presente plano demonstram de forma inequívoca, que o MOINHO IPIRANGA é uma empresa viável, posto que, poderá manter-se no mercado, bem ainda, gerar recursos em longo prazo para pagar seus credores e manter, assim, o negócio em bom funcionamento.

Destaca-se, quanto à viabilidade econômica, que o negócio do MOINHO IPIRANGA possui margem para uma ampla expansão. Assim, tanto pelas planilhas anexas, como pelo cenário macro econômico e pelos mercados em que atua, é evidente que o MOINHO IPIRANGA é economicamente viável, desde que as metas estabelecidas possam ser cumpridas, especialmente no que se refere à busca de parcerias e melhor utilização de seus recursos físicos.

### 8.3. Laudo Econômico-Financeiro de Avaliação dos Bens e Ativos do MOINHO IPIRANGA

Em atendimento ao Artigo 53, inciso II da Lei 11.101, em anexo segue Laudo de Avaliação do Parque industrial e Ativos do Moinho Ipiranga. Abaixo resumo dos mesmos:

#### Parque Industrial:

DESCRIÇÃO:	VALOR:
Terreno e edificações	R\$ 6.300.000,00
Maquinário e equipamentos	R\$ 12.490.227,55
Sistema de recebimento de trigo	R\$ 798.455,65
Maquinário Turquia	R\$ 1.076.612,62
Silos externos	R\$ 450.321,84
<b>TOTAL DA AVALIAÇÃO</b>	<b>R\$ 21.115.617,66</b>

#### Áreas não Vinculadas ao Parque Industrial:

Matrícula:	Imóvel:	Avaliação
24.497	Terreno e prédio de alvenaria nº 51	R\$ 190.000,00
24.498	Terreno e prédio de alvenaria nº 61	R\$ 200.000,00
24.499	Terreno	R\$ 160.000,00
24.500	Terreno	R\$ 160.000,00
24.501	Terreno	R\$ 160.000,00
<b>Total de Ativos</b>		<b>R\$ 870.000,00</b>

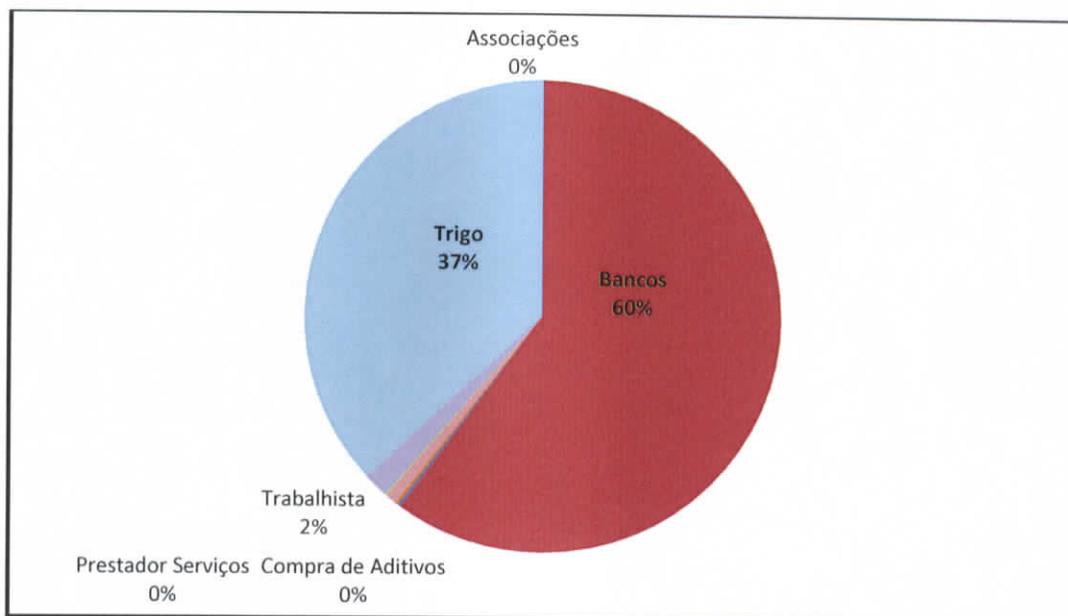
## 9. CLASSIFICAÇÃO DOS CREDORES

Como se vê a seguir, o rol de credores do MOINHO IPIRANGA é predominantemente composto por Fornecedores e agentes financeiros. Com relação a fornecedores, observa-se que os créditos, em sua grande maioria são originários de estreito e antigo relacionamento comercial, adquiridos no desempenho de seu objetivo social.

Desta forma, o resumo dos credores do MOINHO IPIRANGA, detalhado por segmento, segue abaixo:

### Distribuição dos Credores por segmento

Tipo de Credor	Saldo a Pagar	Participação
Associações	R\$ 927,48	0,01%
Bancos	R\$ 7.739.777,11	60,03%
Compra de Aditivos	R\$ 3.073,28	0,02%
Compra Embalagens	R\$ 19.210,18	0,15%
Compra Maquinas e Equip	R\$ 9.237,40	0,07%
Prestador de Serviços	R\$ 26.946,00	0,21%
Serviços de Transporte	R\$ 98.594,53	0,76%
Serviços Diversos	R\$ 15.070,13	0,12%
Trabalhista	R\$ 220.449,09	1,71%
Trigo	R\$ 4.759.901,45	36,92%
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 12.893.186,65</b>	<b>100,00%</b>



## 10. DA ORGANIZAÇÃO EM GRUPOS E DO PAGAMENTO AOS CREDORES

Destaque-se que a metodologia de pagamento, conforme descrito nos próximos itens deste Plano cumpre os seguintes requisitos:

- Cumprimento das Determinações da LFRE, especialmente, do artigo 50, I e XI;

- Tratamento Iguatário entre Credores da mesma classe;
- Viabilidade Financeira do Plano;
- Fazer prevalecer o espírito da Lei, tratando seus credores, parceiros históricos da empresa, com justiça e bom senso.

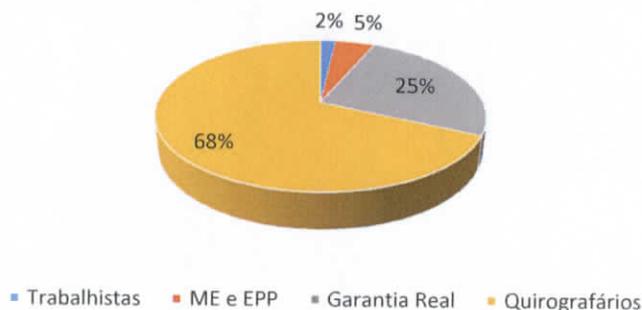
Para o pagamento, foi escolhido o critério financeiro de geração de caixa.

Para fins de pagamento, utilizar-se-á o conceito de geração de caixa, conforme Fluxo de Caixa do presente plano, que em suma, se traduz na capacidade do MOINHO IPIRANGA, no decorrer de suas atividades operacionais, conseguir fazer com que as entradas de caixa superem as saídas.

O valor que esta sendo utilizado como base para os saldos credores é o divulgado na primeira lista já publicada pela empresa.

Caso até a data da realização da Assembleia Geral de Credores (art. 56 da LRE) tenha sido apresentada a 2ª Relação de Credores pelo Administrador Judicial (cf. art. 7º, § 2º da lei nº 11.101/05), os credores constantes dessa nova relação terão o mesmo tratamento que será dado aos credores da primeira lista de credores no presente Plano.

### Composição dos Grupos de Credores



#### 10.1. Pagamento aos Credores - Trabalhistas

Os credores trabalhistas representam 1,71% do total da dívida, envolvendo apenas 4 (quatro) credores, que serão liquidados da seguinte forma:

- **Carência ZERO** para créditos até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil);

- Os créditos de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) NÃO receberão deságio. Acima deste valor, os Créditos receberão deságio de 20% (vinte por cento).
- Pagamentos dos créditos nesta subclasse serão pagos integralmente em 05 (cinco) parcelas mensais, e consecutivas, para créditos até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Acima deste valor, os créditos serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas. O vencimento da primeira parcela se opera quinze dias após a publicação da decisão judicial que homologar o plano de recuperação judicial, observada a forma de contagem dos prazos previstas no NCPC, sendo que as demais parcelas vencerão no dia quinze dos meses subsequentes ao mês do primeiro pagamento. As parcelas serão corrigidas pela TR (Taxa Referencial).
- Os pagamentos serão feitos mediante cheque nominal ou cruzado ou via depósito bancário, sendo que é incumbência dos credores informar os dados com antecedência mínima de quinze dias. Eventual falta de pagamento motivada pelo não fornecimento dos dados bancários pelos credores não representa descumprimento do plano de recuperação judicial.

#### 10.1.1 Encargos sociais

Os encargos sociais relacionados à classe trabalhista serão pagos e/ou parcelados na forma prevista em Lei.

#### 10.2. Pagamento aos Credores – ME e EPP

Os credores ME e EPP representam 4,58% do total da dívida, envolvendo 06 (seis) credores, que serão liquidados da seguinte forma:

- **Carência ZERO.**



- Os valores NÃO receberão deságio.
- Pagamentos dos créditos nesta subclasse serão pagos integralmente em 12 (DOZE) parcelas mensais, e consecutivas. O vencimento da primeira parcela se opera quinze dias após a publicação da decisão judicial que homologar o plano de recuperação judicial, observada a forma de contagem dos prazos previstas no NCPC, sendo que as demais parcelas vencerão no dia quinze dos meses subsequentes ao mês do primeiro pagamento. As parcelas serão corrigidas pela TR (Taxa Referencial).
- Os pagamentos serão feitos mediante cheque nominal ou cruzado ou via depósito bancário, sendo que é incumbência dos credores informar os dados com antecedência mínima de quinze dias. Eventual falta de pagamento motivada pelo não fornecimento dos dados bancários pelos credores não representa descumprimento do plano de recuperação judicial.

### 10.3. Pagamento aos Credores com Garantia Real

Este grupo de credores representa 25,38% da dívida, é composto por 03 (três) credores e 08 (oito) contratos.

O Plano de pagamento foi concebido levando-se em consideração as projeções de fluxo de caixa e de resultado da empresa.

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para a classe:

- **Carência** de 12 (DOZE) meses para início dos pagamentos, contados a partir da data de publicação da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação, observada a forma de contagem dos prazos prevista no NCPC;
- **Deságio** de “40%” (quarenta por cento) sobre o saldo de cada credor constante na relação de credores homologada pelo juiz (quadro-geral de credores);
- Pagamento de 60% (sessenta por cento) do valor individual homologado no prazo de 180 meses, mediante parcelas mensais e consecutivas. O vencimento

da primeira parcela no décimo quinto dia do mês subsequente ao término do prazo de carência, sendo que as demais parcelas vencerão no dia quinze dos meses subsequentes ao mês do primeiro pagamento;

- Os valores serão atualizados a taxa anual de 2% (dois por cento). Os encargos apurados durante o período de carência serão acrescidos ao saldo devedor que será base de cálculo das parcelas mensais;
- Os pagamentos serão feitos mediante cheque nominal e cruzado ou via depósito bancário, sendo que é incumbência dos credores informar os dados com antecedência mínima de quinze dias. Eventual falta de pagamento motivada pelo não fornecimento dos dados bancários pelos credores não representa descumprimento do plano de recuperação judicial.

Além do pagamento descrito o MOINHO IPIRANGA também propõe amortizações complementares, sob a modalidade de Leilões Reversos, conforme descrito no item 11 deste plano.

#### 10.4. Pagamento aos Credores – Quirografários

Apresenta-se, a seguir, esclarecimentos quanto à proposta técnica e quanto à forma de pagamento aos credores.

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para a classe:

- **Carência** de 12 (doze) meses para início dos pagamentos, contados a partir da data de publicação da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação, observada a forma de contagem dos prazos prevista no NCPC;
- **Deságio** de “40%” (quarenta por cento) sobre o saldo de cada credor constante na relação de credores homologada pelo juiz (quadro-geral de credores);
- Pagamento de 60% (sessenta por cento) do valor individual homologado no prazo de 180 meses, mediante parcelas mensais e consecutivas. O vencimento da primeira parcela no décimo quinto dia

do mês subsequente ao término do prazo de carência, sendo que as demais parcelas vencerão no dia quinze dos meses subsequentes ao mês do primeiro pagamento;

- Os valores serão atualizados a taxa anual de 2% (dois por cento). Os encargos apurados durante o período de carência serão acrescidos ao saldo devedor que será base de cálculo das parcelas mensais;
- Os pagamentos serão feitos mediante cheque nominal e cruzado ou via depósito bancário, sendo que é incumbência dos credores informar os dados com antecedência mínima de quinze dias. Eventual falta de pagamento motivada pelo não fornecimento dos dados bancários pelos credores não representa descumprimento do plano de recuperação judicial.

#### 10.4.1 Credores Quirografários Colaborativos

Considera-se credores pertencentes a este subgrupo, aqueles que concordarem em continuar a parceria comercial através do fornecimento de seus produtos e serviços com preços de mercado e com condições de crédito (reestabelecimento de crédito).

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para este subgrupo, sendo interessante comercialmente para o MOINHO IPIRANGA e para os Credores com interesse em aderir ao subgrupo:

- **Carência** de 12 (doze) meses para início dos pagamentos, contados a partir da data de publicação da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação, observada a forma de contagem dos prazos prevista no NCPG;
- **Deságio** de "40%" (quarenta por cento) sobre o saldo de cada credor constante na relação de credores homologada pelo juiz (quadro-geral de credores);
- Pagamento de 60% (sessenta por cento) do valor individual homologado no prazo de 60 meses, mediante parcelas mensais e consecutivas. O vencimento da primeira parcela no décimo quinto dia do mês subsequente ao término do

prazo de carência, sendo que as demais parcelas vencerão no dia quinze dos meses subsequentes ao mês do primeiro pagamento;

- Os valores serão atualizados a taxa anual de 2% (dois por cento). Os encargos apurados durante o período de carência serão acrescidos ao saldo devedor que será base de cálculo das parcelas mensais;
- Os pagamentos serão feitos mediante cheque nominal e cruzado ou via depósito bancário, sendo que é incumbência dos credores informar os dados com antecedência mínima de quinze dias. Eventual falta de pagamento motivada pelo não fornecimento dos dados bancários pelos credores não representa descumprimento do plano de recuperação judicial.

Os credores colaborativos serão assim conceituados, considerando o volume de produtos e serviços fornecidos no ano anterior, o qual deve ser 10% superior ao total do seu crédito. Ou seja, a apuração desses credores será anual, e dependerá do volume de produto ou serviço fornecido no ano anterior. Os recebimentos anuais se darão de acordo com as necessidades da recuperanda.

#### **10.5. Adesão de outros Credores**

É facultada a adesão a este Plano de Recuperação aqueles Credores Não Sujeitos a Lei 11.101.

379  
9



10.6. FLUXO DE CAIXA do Plano de Recuperação

10.6.1 Fluxo Caixa Ano 1 a 5

Descrição	1° Ano	2° Ano	3° Ano	4° Ano	5° Ano
<b>RECEITA BRUTA</b>	R\$ 19.000.000,00	R\$ 20.140.000,00	R\$ 21.348.400,00	R\$ 22.629.304,00	R\$ 23.987.062,24
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDA	-R\$ 1.520.000,00	-R\$ 1.611.200,00	-R\$ 1.707.872,00	-R\$ 1.810.344,32	-R\$ 1.918.964,98
<b>TOTAL RECEITA</b>	<b>R\$ 17.480.000,00</b>	<b>R\$ 18.528.800,00</b>	<b>R\$ 19.640.528,00</b>	<b>R\$ 20.818.959,68</b>	<b>R\$ 22.068.097,26</b>
RECEITA LÍQUIDA	-R\$ 17.480.000,00	-R\$ 18.528.800,00	-R\$ 19.640.528,00	-R\$ 20.818.959,68	-R\$ 22.068.097,26
CUSTOS DIRETO DE MATÉRIA PRIMA (TRIGO)	-R\$ 12.350.000,00	-R\$ 13.091.000,00	-R\$ 13.876.460,00	-R\$ 14.709.047,60	-R\$ 15.591.590,46
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS (ENERGIA, EMBALAGENS, ADITIVOS, FOLHA)	-R\$ 1.900.000,00	-R\$ 2.014.000,00	-R\$ 2.134.840,00	-R\$ 2.262.930,40	-R\$ 2.398.706,22
<b>CUSTO DO SERVIÇO VENDIDO TOTAL</b>	<b>-R\$ 14.250.000,00</b>	<b>-R\$ 15.105.000,00</b>	<b>-R\$ 16.011.300,00</b>	<b>-R\$ 16.971.978,00</b>	<b>-R\$ 17.990.296,68</b>
LUCRO BRUTO	R\$ 3.230.000,00	R\$ 3.423.800,00	R\$ 3.629.228,00	R\$ 3.846.981,68	R\$ 4.077.800,58
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-R\$ 950.000,00	-R\$ 1.007.000,00	-R\$ 1.067.420,00	-R\$ 1.131.465,20	-R\$ 1.199.353,11
DESPESAS COMERCIAIS (COMISSÕES, BONIFICAÇÕES, PROMOTORES,)	-R\$ 950.000,00	-R\$ 1.007.000,00	-R\$ 1.067.420,00	-R\$ 1.131.465,20	-R\$ 1.199.353,11
DESPESAS BANCÁRIA	R\$ 11.400,00	R\$ 12.084,00	R\$ 12.809,04	R\$ 13.577,58	R\$ 14.392,24
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>-R\$ 1.888.600,00</b>	<b>-R\$ 2.001.916,00</b>	<b>-R\$ 2.122.030,96</b>	<b>-R\$ 2.249.352,82</b>	<b>-R\$ 2.384.313,99</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>R\$ 1.341.400,00</b>	<b>R\$ 1.421.884,00</b>	<b>R\$ 1.507.197,04</b>	<b>R\$ 1.597.628,86</b>	<b>R\$ 1.693.486,59</b>
Despesa ADMINISTRADORA Judicial	-R\$ 128.931,86	-R\$ 128.931,86	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Despesas Financeiras - Custo do Giro Operacional	-R\$ 380.000,00	-R\$ 604.200,00	-R\$ 683.148,80	-R\$ 701.508,42	-R\$ 719.611,87
Investimentos ou Manutenção Industrial	R\$ -	-R\$ 50.000,00	-R\$ 75.000,00	-R\$ 90.000,00	-R\$ 110.000,00
	R\$ -				
<b>FLUXO DE CAIXA LIVRE GERADO -OPERAÇÃO</b>	<b>R\$ 832.468,14</b>	<b>R\$ 638.752,14</b>	<b>R\$ 749.048,24</b>	<b>R\$ 806.120,44</b>	<b>R\$ 863.874,73</b>
CAIXA INICIAL	R\$ -				
Captação venda áreas não operacionais	R\$ -				

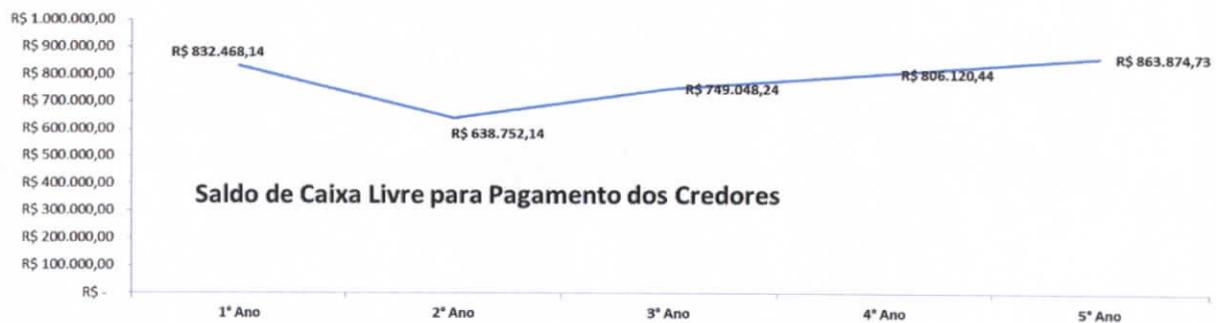
9

Blum

380  
7



### 10.6.1.1 Saldo de Caixa Livre para pagamento dos Credores ao Final de cada exercício - Ano 1 a 5



### 10.6.1.2 Demonstrativo de Pagamento dos Credores Ano 1 a 5

Descrição	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
<b>FLUXO DE CAIXA BASE PARA PAGAMENTO A CREDITORES</b>	R\$ 832.468,14	R\$ 638.752,14	R\$ 749.048,24	R\$ 806.120,44	R\$ 863.874,73
Amortização Trabalhista	-R\$ 184.320,85	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização Credores M.E. E.P.P	-R\$ 591.006,72	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização Credores Garantia Real	R\$ -	-R\$ 130.897,68	-R\$ 133.515,63	-R\$ 136.185,95	-R\$ 138.909,67
Amortização Credores Quirografários	R\$ -	-R\$ 353.515,00	-R\$ 360.585,30	-R\$ 367.797,01	-R\$ 375.152,95
<b>SALDO</b>	R\$ 57.140,57	R\$ 154.339,46	R\$ 254.947,31	R\$ 302.137,49	R\$ 349.812,12

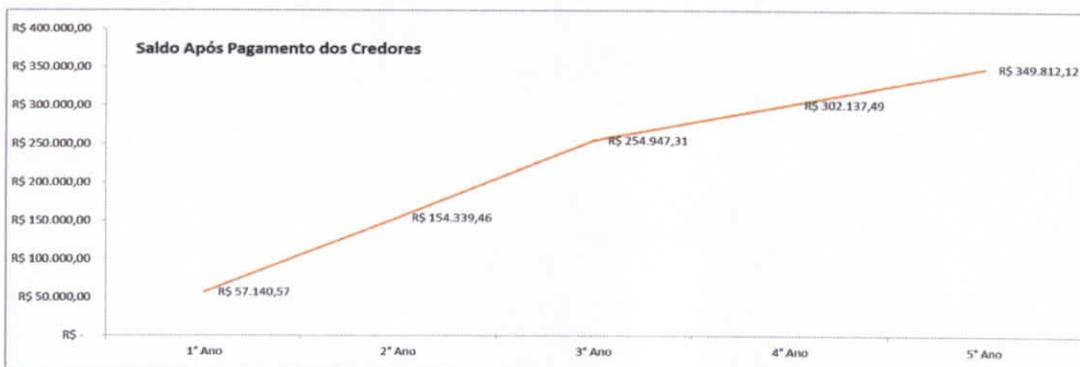
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

387  
9



### 10.6.1.3 Saldo de Caixa após pagamento dos Credores ao final de cada exercício - Ano 1 a 5



285

10.6.2 Fluxo Caixa Ano 6 a 10



Descrição	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
RECEITA BRUTA	R\$ 25.426.285,97	R\$ 26.951.865,13	R\$ 28.568.974,92	R\$ 30.283.113,42	R\$ 32.100.100,22
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDA	-R\$ 2.034.102,88	-R\$ 2.156.149,05	-R\$ 2.285.517,99	-R\$ 2.422.649,07	-R\$ 2.568.008,02
TOTAL RECEITA	R\$ 23.392.183,10	R\$ 24.795.714,08	R\$ 26.283.456,93	R\$ 27.860.464,34	R\$ 29.532.092,20
RECEITA LÍQUIDA	-R\$ 23.392.183,10	-R\$ 24.795.714,08	-R\$ 26.283.456,93	-R\$ 27.860.464,34	-R\$ 29.532.092,20
CUSTOS DIRETO DE PRODUÇÃO	-R\$ 16.527.085,88	-R\$ 17.518.711,04	-R\$ 18.569.833,70	-R\$ 19.684.023,72	-R\$ 20.865.065,14
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	-R\$ 2.542.628,60	-R\$ 2.695.186,31	-R\$ 2.856.897,49	-R\$ 3.028.311,34	-R\$ 3.210.010,02
CUSTO DO SERVIÇO VENDIDO TOTAL	-R\$ 19.069.714,48	-R\$ 20.213.897,35	-R\$ 21.426.731,19	-R\$ 22.712.335,06	-R\$ 24.075.075,17
LUCRO BRUTO	R\$ 4.322.468,62	R\$ 4.581.816,73	R\$ 4.856.725,74	R\$ 5.148.129,28	R\$ 5.457.017,04
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-R\$ 1.271.314,30	-R\$ 1.347.593,16	-R\$ 1.428.448,75	-R\$ 1.514.155,67	-R\$ 1.605.005,01
DESPESAS COMERCIAIS	-R\$ 1.271.314,30	-R\$ 1.347.593,16	-R\$ 1.428.448,75	-R\$ 1.514.155,67	-R\$ 1.605.005,01
DESPESAS BANCÁRIA	R\$ 15.255,77	R\$ 16.171,12	R\$ 17.141,38	R\$ 18.169,87	R\$ 19.260,06
TOTAL DESPESAS	-R\$ 2.527.372,83	-R\$ 2.679.015,20	-R\$ 2.839.756,11	-R\$ 3.010.141,47	-R\$ 3.190.749,96
RESULTADO OPERACIONAL	R\$ 1.795.095,79	R\$ 1.902.801,54	R\$ 2.016.969,63	R\$ 2.137.987,81	R\$ 2.266.267,08
Despesa ADMINISTRADORA Judicial	R\$ -				
Despesas Financeiras - Custo do Giro Operacional	-R\$ 762.788,58	-R\$ 808.555,89	-R\$ 857.069,25	-R\$ 908.493,40	-R\$ 963.003,01
Investimentos	-R\$ 150.000,00	-R\$ 150.000,00	-R\$ 175.000,00	-R\$ 200.000,00	-R\$ 225.000,00
	R\$ -				
FLUXO DE CAIXA LIVRE GERADO -OPERAÇÃO	R\$ 882.307,21	R\$ 944.245,64	R\$ 984.900,38	R\$ 1.029.494,40	R\$ 1.078.264,07
CAIXA INICIAL	R\$ -				
Captação venda áreas não operacionais	R\$ -				

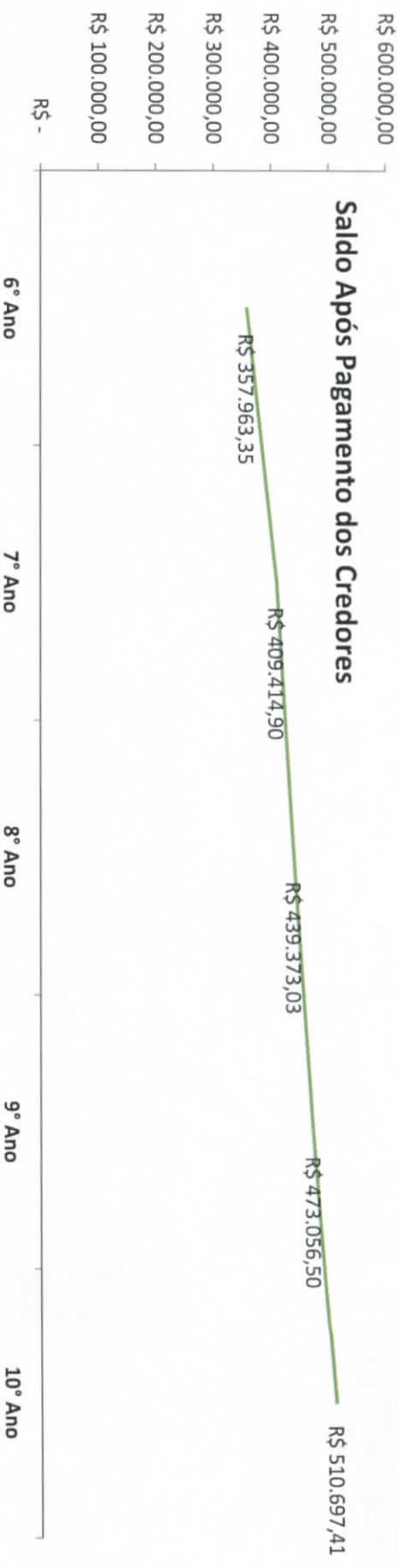
Guipi



Handwritten signature or initials in blue ink.



10.6.2.3. Saldo de Caixa após pagamento dos Credores ao final de cada exercício - Ano 6 a 10



Handwritten signature or mark in blue ink.

Handwritten signature or initials in blue ink.

385  
9



10.6.3. Fluxo de Caixa Ano 11 a 15

Descrição	11° Ano	12° Ano	13° Ano	14° Ano	15° Ano
RECEITA BRUTA	R\$ 34.026.106,23	R\$ 36.067.672,61	R\$ 38.231.732,96	R\$ 40.525.636,94	R\$ 42.957.175,16
( - ) IMPOSTOS SOBRE VENDA	-R\$ 2.722.088,50	-R\$ 2.885.413,81	-R\$ 3.058.538,64	-R\$ 3.242.050,96	-R\$ 3.436.574,01
<b>TOTAL RECEITA</b>	<b>R\$ 31.304.017,74</b>	<b>R\$ 33.182.258,80</b>	<b>R\$ 35.173.194,33</b>	<b>R\$ 37.283.585,99</b>	<b>R\$ 39.520.601,15</b>
RECEITA LÍQUIDA	-R\$ 31.304.017,74	-R\$ 33.182.258,80	-R\$ 35.173.194,33	-R\$ 37.283.585,99	-R\$ 39.520.601,15
CUSTOS DIRETO DE PRODUÇÃO	-R\$ 22.116.969,05	-R\$ 23.443.987,20	-R\$ 24.850.626,43	-R\$ 26.341.664,01	-R\$ 27.922.163,85
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	-R\$ 3.402.610,62	-R\$ 3.606.767,26	-R\$ 3.823.173,30	-R\$ 4.052.563,69	-R\$ 4.295.717,52
<b>CUSTO DO SERVIÇO VENDIDO TOTAL</b>	<b>-R\$ 25.519.579,68</b>	<b>-R\$ 27.050.754,46</b>	<b>-R\$ 28.673.799,72</b>	<b>-R\$ 30.394.227,71</b>	<b>-R\$ 32.217.881,37</b>
LUCRO BRUTO	R\$ 5.784.438,06	R\$ 6.131.504,34	R\$ 6.499.394,60	R\$ 6.889.358,28	R\$ 7.302.719,78
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-R\$ 1.701.305,31	-R\$ 1.803.383,63	-R\$ 1.911.586,65	-R\$ 2.026.281,85	-R\$ 2.147.858,76
DESPESAS COMERCIAIS	-R\$ 1.701.305,31	-R\$ 1.803.383,63	-R\$ 1.911.586,65	-R\$ 2.026.281,85	-R\$ 2.147.858,76
DESPESAS BANCÁRIA	R\$ 20.415,66	R\$ 21.640,60	R\$ 22.939,04	R\$ 24.315,38	R\$ 25.774,31
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>-R\$ 3.382.194,96</b>	<b>-R\$ 3.585.126,66</b>	<b>-R\$ 3.800.234,26</b>	<b>-R\$ 4.028.248,31</b>	<b>-R\$ 4.269.943,21</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>R\$ 2.402.243,10</b>	<b>R\$ 2.546.377,69</b>	<b>R\$ 2.699.160,35</b>	<b>R\$ 2.861.109,97</b>	<b>R\$ 3.032.776,57</b>
Despesa ADMINISTRADORA Judicial	R\$ -				
Despesas Financeiras - Custo do Giro Operacional	-R\$ 1.020.783,19	-R\$ 1.082.030,18	-R\$ 1.146.951,99	-R\$ 1.215.769,11	-R\$ 1.288.715,25
Investimentos	-R\$ 250.000,00	-R\$ 275.000,00	-R\$ 300.000,00	-R\$ 350.000,00	-R\$ 400.000,00
	R\$ -				
<b>FLUXO DE CAIXA LIVRE GERADO - OPERAÇÃO</b>	<b>R\$ 1.131.459,91</b>	<b>R\$ 1.189.347,51</b>	<b>R\$ 1.252.208,36</b>	<b>R\$ 1.295.340,86</b>	<b>R\$ 1.344.061,31</b>
CAIXA INICIAL	R\$ -				
Captação venda áreas não operacionais	R\$ -				

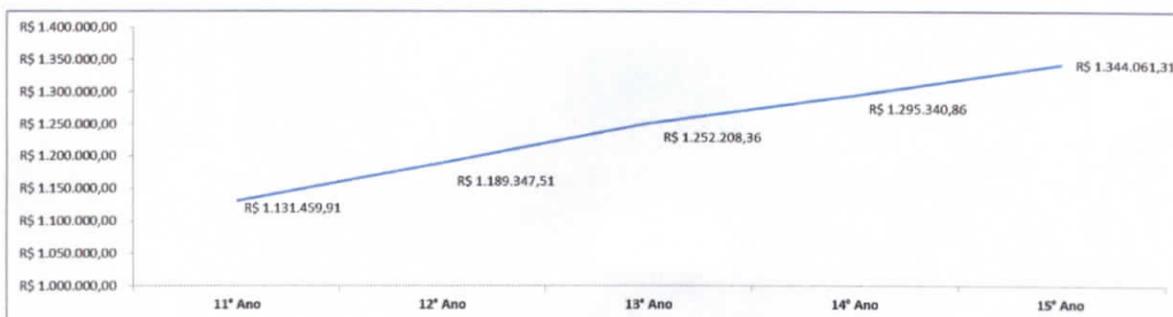
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

386  
9



10.6.3.1 Saldo de Caixa Livre para Pagamento dos Credores ao Final de cada Exercício - Ano 11 a 15



10.6.3.2 Demonstrativo de Pagamento dos Credores Ano 11 a 15

Descrição	11º Ano	12º Ano	13º Ano	14º Ano	15º Ano
<b>FLUXO DE CAIXA LIVRE GERADO -BASE PARA PAGAMENTO A CREDORES</b>	R\$ 1.131.459,91	R\$ 1.189.347,51	R\$ 1.252.208,36	R\$ 1.295.340,86	R\$ 1.344.061,31
Amortização Trabalhista	R\$ -				
Amortização Credores M.E. E.P.P	R\$ -				
Amortização Credores Garantia Real	-R\$ 156.434,84	-R\$ 159.563,54	-R\$ 162.754,81	-R\$ 166.009,91	-R\$ 169.330,11
Amortização Credores Quirografários	-R\$ 414.199,17	-R\$ 422.483,15	-R\$ 430.932,81	-R\$ 439.551,47	-R\$ 448.342,50
<b>SALDO</b>	R\$ 560.825,90	R\$ 607.300,82	R\$ 658.520,73	R\$ 689.779,48	R\$ 726.388,71

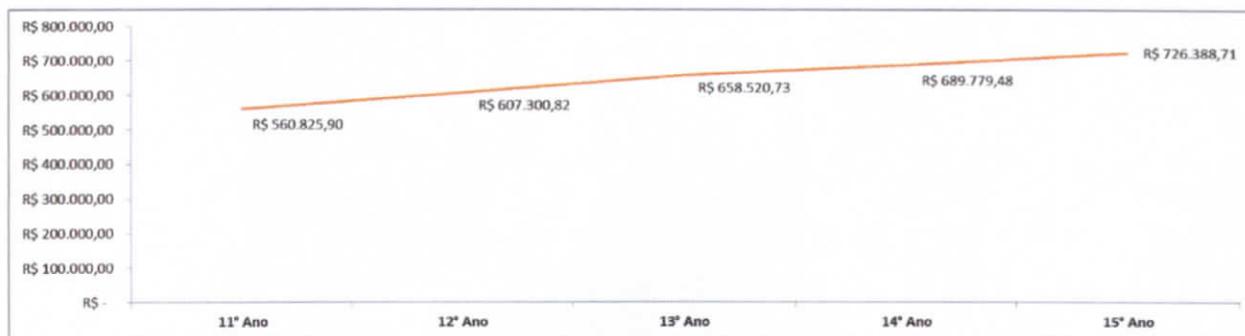
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

387  
9



10.6.3.3 Saldo de Caixa após pagamento dos Credores ao final de cada exercício - Ano 11 a 15.

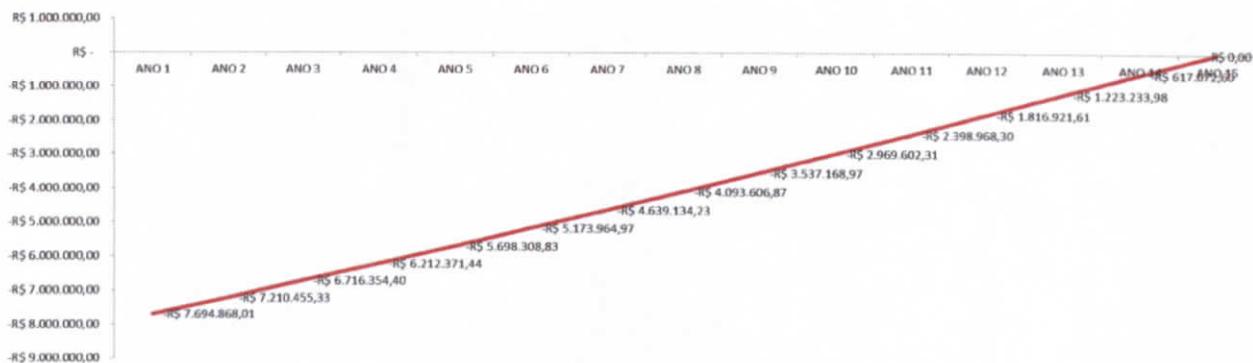


388  
9



### 10.7. Demonstrativo da Amortização da Dívida

Evolução do Endividamento ao final de cada ano do Plano



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

389  
9



10.8 RESUMO FINANCEIRO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO

ANO	RECEITA BRUTA PROJETADA	Custo da Operação em relação ao faturamento	% Operação em relação ao faturamento	RECEITA MENOS OPERAÇÃO	% Margem Bruta após Pagamento das Operações	Pagamento RJ		Evolução Saldo da Dívida		Saldo após pagamento operações e RJ	Resultado depois do pagamento das Operações e RJ
						-R\$	8.470.195,58	-R\$	8.470.195,58		
ANO 1	R\$ 19.000.000,00	R\$ 18.167.531,86	95,62%	R\$ 832.468,14	4,38%	-R\$ 775.327,57	-R\$ 7.694.868,01	R\$ 57.140,57	0,30%		
ANO 2	R\$ 20.140.000,00	R\$ 19.501.247,86	96,83%	R\$ 638.752,14	3,17%	-R\$ 484.412,68	-R\$ 7.210.455,33	R\$ 154.339,46	0,77%		
ANO 3	R\$ 21.348.400,00	R\$ 20.599.351,76	96,49%	R\$ 749.048,24	3,51%	-R\$ 494.100,93	-R\$ 6.716.354,40	R\$ 254.947,31	1,19%		
ANO 4	R\$ 22.629.304,00	R\$ 21.823.183,56	96,44%	R\$ 806.120,44	3,56%	-R\$ 503.982,95	-R\$ 6.212.371,44	R\$ 302.137,49	1,34%		
ANO 5	R\$ 23.987.062,24	R\$ 23.123.187,51	96,40%	R\$ 863.874,73	3,60%	-R\$ 514.062,61	-R\$ 5.698.308,83	R\$ 349.812,12	1,46%		
ANO 6	R\$ 25.426.285,97	R\$ 24.543.978,76	96,53%	R\$ 882.307,21	3,47%	-R\$ 524.343,86	-R\$ 5.173.964,97	R\$ 357.963,35	1,41%		
ANO 7	R\$ 26.951.863,13	R\$ 26.007.617,49	96,50%	R\$ 944.245,64	3,50%	-R\$ 534.830,74	-R\$ 4.639.134,23	R\$ 409.414,90	1,52%		
ANO 8	R\$ 28.568.974,92	R\$ 27.584.074,54	96,55%	R\$ 984.900,38	3,45%	-R\$ 545.527,36	-R\$ 4.093.606,87	R\$ 439.373,03	1,54%		
ANO 9	R\$ 30.283.113,42	R\$ 29.253.619,01	96,60%	R\$ 1.029.494,40	3,40%	-R\$ 556.437,90	-R\$ 3.537.168,97	R\$ 473.056,50	1,56%		
ANO 10	R\$ 32.100.100,22	R\$ 31.021.836,15	96,64%	R\$ 1.078.264,07	3,36%	-R\$ 567.566,66	-R\$ 2.969.602,31	R\$ 510.697,41	1,59%		
ANO 11	R\$ 34.026.106,23	R\$ 32.894.646,32	96,67%	R\$ 1.131.459,91	3,33%	-R\$ 570.634,01	-R\$ 2.398.968,30	R\$ 560.825,90	1,65%		
ANO 12	R\$ 36.067.672,61	R\$ 34.878.325,10	96,70%	R\$ 1.189.347,51	3,30%	-R\$ 582.046,69	-R\$ 1.816.921,61	R\$ 607.300,82	1,68%		
ANO 13	R\$ 38.231.732,96	R\$ 36.979.524,61	96,72%	R\$ 1.252.208,36	3,28%	-R\$ 593.687,62	-R\$ 1.223.233,98	R\$ 658.520,73	1,72%		
ANO 14	R\$ 40.525.636,94	R\$ 39.230.296,08	96,80%	R\$ 1.295.340,86	3,20%	-R\$ 605.561,38	-R\$ 617.672,60	R\$ 689.779,48	1,70%		
ANO 15	R\$ 42.957.175,16	R\$ 41.613.113,85	96,87%	R\$ 1.344.061,31	3,13%	-R\$ 617.672,60	R\$ 0,00	R\$ 726.388,71	1,69%		

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

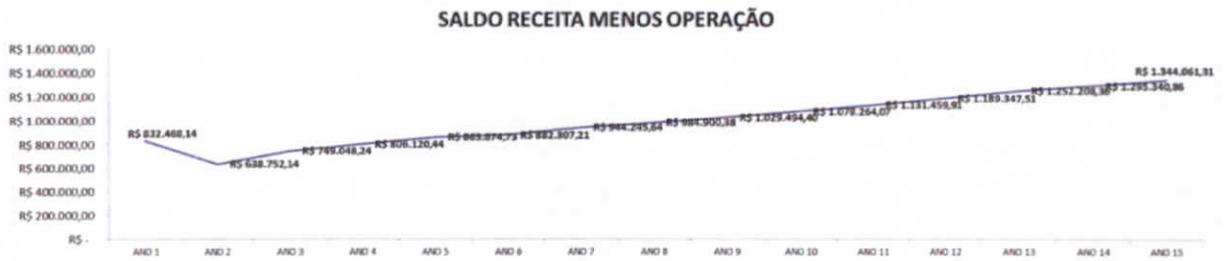
390  
07



### 10.9 Receita Bruta Projetada - Visão Gráfica



### 10.10. Saldo da Receita menos Custo das Operações



## 11. DO LEILÃO REVERSO DE CRÉDITOS

Havendo disponibilidade, a administração da empresa pretende efetuar o “Leilão Reverso de Créditos” (possibilidade dos credores resgatarem parte de seus créditos antecipadamente).

Desta forma, o MOINHO IPIRANGA apresenta o presente Plano contemplando a possibilidade de realização do leilão reverso de créditos.

“Leilão Reverso de Créditos”, na prática, significa destinar recursos da própria empresa para aquisição de créditos com deságio. Vencerão o leilão os credores que ofertarem seus créditos com a maior taxa de deságio possível. Os leilões serão feitos sem segregação dos credores de cada classe.

## 12. ALTERAÇÃO DO PLANO E PERMISSÕES

Entende o MOINHO IPIRANGA que, como costumeiramente tem ocorrido em outras Recuperações Judiciais, outras formas alternativas de recuperação da empresa e de pagamento aos credores podem ser propostas, alteradas ou mesmo viabilizadas na Assembleia Geral de Credores, observadas as disposições previstas na Lei 11.101/05.

Aludidas propostas poderão, no futuro, ser viabilizadas no prazo legal aos credores, e, por certo, terão como premissas a melhor forma de recuperação da empresa, com o menor sacrifício à sociedade, aos seus sócios e aos credores.

Entretanto, com absoluta segurança, os sócios do MOINHO IPIRANGA entendem que a forma proposta no presente Plano é adequada e está em plena consonância com as previstas em lei. Referida proposta é factível, pois realmente preserva os interesses dos credores, eis que possibilita o pagamento de seus créditos preservando a atividade econômica da empresa em Recuperação.

397  
9



### 10.11. Resultados depois do pagamento das Operações e da Recuperação Judicial



### 13. OUTROS EFEITOS INERENTES À APROVAÇÃO DO PLANO

#### 13.1. Suspensão das ações de recuperação de crédito

Após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, deverão ser suspensas todas as execuções judiciais, falências, arrestos ou qualquer outra medida judicial ajuizada contra o **MOINHO IPIRANGA**, inclusive os seus sócios, administradores e/ou garantidores, a qualquer título, inclusive por avais e fianças de seus sócios e respectivos cônjuges, referente aos créditos sujeitos ou não à Recuperação Judicial e que tenham sido novados pelo Plano aprovado, salvo se de maneira diversa e expressa tiver sido pactuado pelas referidas pessoas físicas em ação própria.

É vedada ainda, a constrição de bens e prosseguimento processual enquanto o Plano aprovado estiver sendo regularmente cumprido. Os processos permanecerão suspensos enquanto as obrigações assumidas neste Plano estiverem sendo cumpridas a tempo e modo, até eventual solução, resilição ou alteração do Plano aprovado.

Os credores não poderão ajuizar novas ações de execução ou de qualquer outra natureza no intuito de reaver os créditos incluídos na recuperação Judicial, mesmo que cedidos a terceiros, por endosso ou cessão de crédito, ou de período abrangido pela recuperação, salvo no caso de descumprimento do Plano, nos termos dos artigos 58 e 59 da Lei nº 11.101/2005.

No caso de interposição de ação em razão dos créditos referidos no parágrafo acima, não poderá o patrimônio da empresa e dos seus devedores solidários sofrer qualquer espécie de ônus na tentativa de cumprimento de ato executório.

#### 13.2 Interferência Climática no Agronegócio

O Moinho Ipiranga está inserido na cadeia do Agronegócio, e por assim sendo também sofre os reflexos, mesmo que indiretos, das intempéries climáticas, responsáveis por frustrações de safra, ainda mais a cultura de trigo que é de grande sensibilidade. Dessa forma, na

hipótese de comprovada ocorrência destes fenômenos, haverá postergação das parcelas para o final do período.

#### 14. CONCLUSÃO

O Plano de Recuperação Judicial proposto atende cabalmente os princípios da Lei 11.101/2005, no sentido da tomada de medidas aptas à recuperação financeira, econômica e comercial do Moinho Ipiranga.

O presente Plano cumpre a finalidade da lei, de forma detalhada e minuciosa, sendo instruído com planilhas financeiras de projeções contábeis e de fluxo de caixa, comprovando a probabilidade de pagamento aos credores.

Saliente-se ainda que o plano de recuperação apresentado demonstra a viabilidade financeira e econômica da entidade, desde que conferidos novos prazos e condições de pagamentos aos credores.

Os conceitos que foram aplicados têm por objetivo fazer com que o MOINHO IPIRANGA quite o mais rápido possível os créditos trabalhistas e agilize o pagamento às demais classes, utilizando-se dos leilões reversos de crédito nas classes especificadas.

Desta forma, considerando que a recuperação financeira do MOINHO IPIRANGA é medida que trará benefícios a sociedade como um todo, através da geração de empregos e riqueza ao País, especialmente a cidade de Santa Maria e ao Estado do Rio Grande do Sul, somado ao fato de que as medidas financeiras, de comercialização e de reestruturação interna, em conjunto com o parcelamento de débitos são condições que possibilitarão a efetiva retomada dos negócios, temos que, ao teor da Lei 11.101/2005 e de seus princípios norteadores, que prevê a possibilidade de concessões judiciais e de prazos com credores para a efetiva recuperação Judicial de Empresas, vemos o presente plano como a cabal solução para a continuidade da entidade.

Cabe esclarecer que todas as informações que fundamentaram a elaboração do presente Plano de Recuperação, assim como os dados contábeis, projeções e análises, foram fornecidas pelo MOINHO IPIRANGA. Da mesma forma, as afirmações e opiniões aqui expressadas refletem exclusivamente sua visão e entendimento dos fatos que o levaram a requerer sua Recuperação Judicial.



Ressalte-se que, como sucede com qualquer planejamento, seu efetivo resultado depende de inúmeros fatores, muitas vezes alheios ao controle e determinação de quem o está implantando.

Importante observar que o risco é inerente a qualquer empreendimento, e a incerteza inerente a qualquer projeção. Absolutamente impossível eliminá-los totalmente. Por esse motivo procurou-se, de forma transparente, adotar premissas cautelosas, a fim de não comprometer a realização do esforço a ser empregado.

Caso seja necessário, o Plano de Recuperação poderá sofrer futuras alterações, com modificações das propostas aqui declaradas.

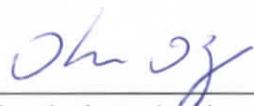
Para tanto, observar-se-ão as mesmas condições impostas pela lei para sua tramitação, ou seja, aquiescência do devedor e aprovação em assembleia de credores, pelo mesmo critério de quórum que o tenha aprovado inicialmente.

Após o cumprimento dos artigos 61 e 63 da Lei 11.101/05, o MOINHO IPIRANGA compromete-se a honrar os subsequentes pagamentos na forma estabelecida no presente Plano de Recuperação, devidamente homologado pelo Juízo competente.

Uma vez concedida a Recuperação Judicial, o Plano de Recuperação obriga o MOINHO IPIRANGA, seus credores e sucessores a qualquer título.

Santa Maria, 30 de Setembro de 2016.

**ADELINO ANTONIAZZI INDÚSTRIA MOAGEIRA LTDA - MOINHO IPIRANGA**



Otavio Antoniazzi  
RG 1013605785  
CPF 607.668.240-04



Mario Antoniazzi  
RG 1013605868  
CPF 568.650.660-49